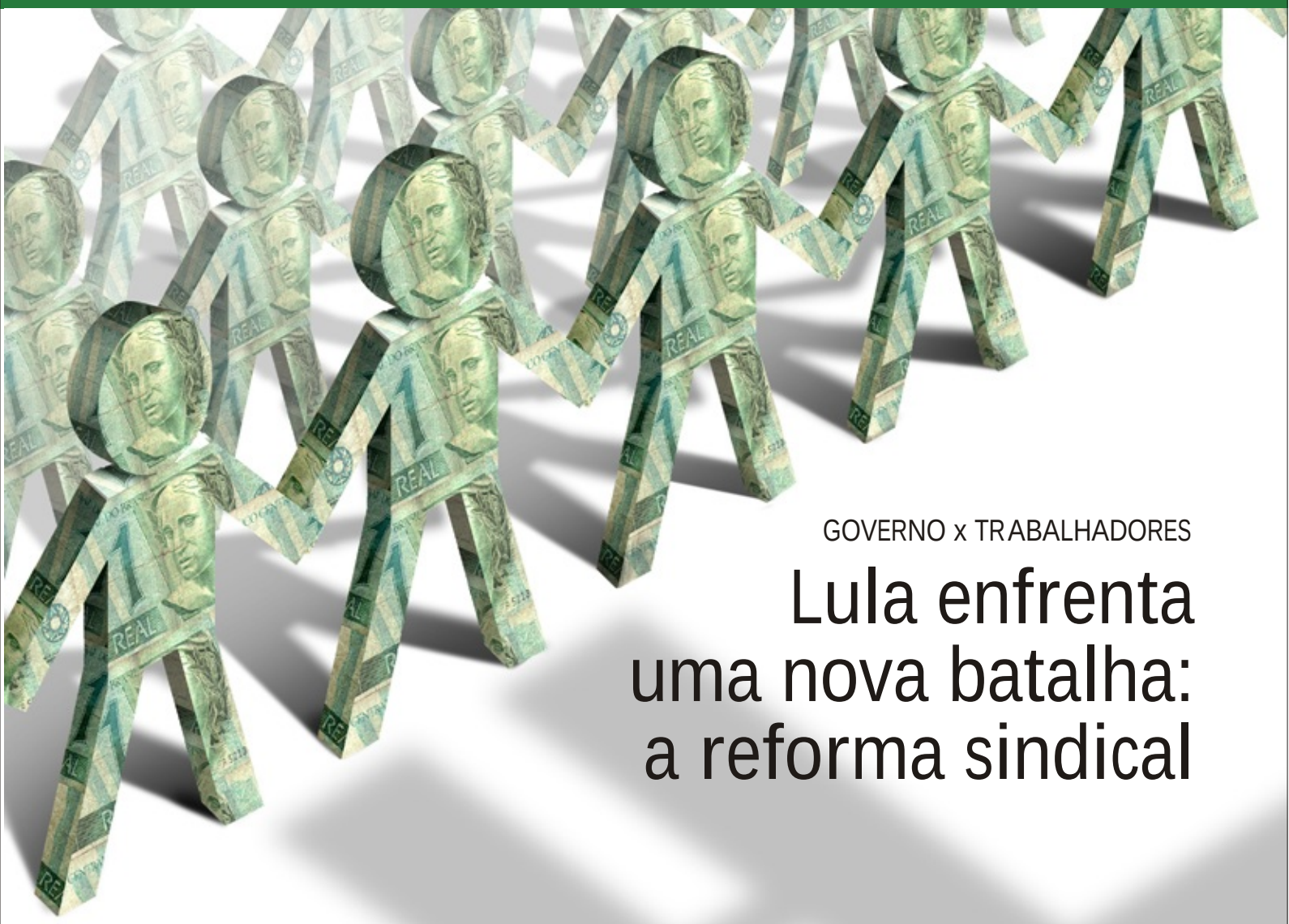
SINAL
15 anos de luta

por sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ■ ano3 ■ nº 9



GOVERNO x TRABALHADORES

Lula enfrenta uma nova batalha: a reforma sindical

TARSO GENRO

"O objetivo do presidente é mudar o modelo econômico"

REGIONAL FORTALEZA

Pressão do Sinal contra "desmonte" faz BC recuar

PAULO PAIM

"Meu papel é fazer com que o sonho se torne realidade"

2003, um ano que não deixa saudades

Dois mil e quatro se aproxima, e o primeiro aniversário do governo Lula está aí. É hora de balanço. A releitura da entrevista com o então candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na edição especial da **Por Sinal,** de setembro de 2002**,** evidencia contradições entre o discurso oposicionista e a realidade de governar.

Em campanha, Lula acusou a política monetária do BC de inviabilizar a oferta de crédito para os negócios e de prejudicar o comércio exterior brasileiro, dizendo que isso só interessaria ao FMI. Hoje, o aperto monetário se mantém, com um ligeiro abrandamento neste fim de ano, enquanto o acordo com o FMI foi renovado em bases tão restritivas quanto ao acertado pela equipe FHC.

No capítulo Previdência Social, falava-se em respeito a todos os direitos adquiridos pelos aposentados e aos que estão nas regras atuais, garantindo-se que o novo sistema de financiamento da Previdência envolveria a reforma tributária e a negociação transparente com os trabalhadores. A reforma tributária, ora em negociação, não passa de remendos tendentes a aumentar a carga tributária. E, na tramitação da reforma da Previdência, nenhuma demanda substantiva das representações sindicais foi atendida. Ao abordar este assunto, nesta edição, o senador Paulo Paim explica sua polêmica atuação no percurso do projeto no Senado.

Salários dos servidores públicos, fundos de pensão, reformas trabalhista, sindical, tributária e agrária, Alca, Mercosul, protecionismo e políticas de segurança pública e educacional também estiveram na pauta da entrevista, publicada no nº 5 da **Por Sinal**. Vale a pena rever e comparar.

Nesta edição, registramos os 15 anos do **Sinal** e destacamos o sucesso do trabalho desenvolvido pela Regional de Fortaleza, na luta contra o "desmonte" do BC. Atentos à nova batalha que se avizinha no Congresso, abrimos aos nossos leitores o debate sobre a reforma sindical, ouvindo representantes das principais centrais sindicais do País, e a redução da jornada de trabalho, em artigo do deputado Inácio Arruda.

Por fim, para fazer uma avaliação do primeiro ano do governo Lula e apontar os principais desafios para 2004, entrevistamos o ministro Tarso Genro, responsável pela implantação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Na entrevista, o ministro analisa o processo de "concertação" social no Brasil e discute as bases da retomada do crescimento, já no próximo ano. Discussão essa que está presente, também, no artigo do deputado Sergio Miranda, ao fazer uma análise crítica do Orçamento de 2004.

"Por ser de justiça, gostaríamos de ver publicados alguns reparos ao artigo "De costas para a Amazônia", publicado no número 8 desta conceituada revista. No trecho sob o intertítulo "No Caminho da Ilegalidade", há afirmações atribuídas aos srs. José Mello da Rocha, presidente da COIMPPA, e Valdecir Palhares, presidente da Sicoob Amazônia, que definitivamente não correspondem à realidade e atingem levianamente a Gerência Técnica do DEORF no Recife.

Ao sr. José Mello da Rocha foi atribuída a seguinte informação, denunciando dificuldades surgidas com a reestruturação ocorrida no Banco Central em 1999, que transferiu para o Recife a análise de processos de interesse de cooperativas do Pará: "No início de 2003, por exemplo, venceu o mandato de um de nossos diretores, o BC não se posicionou em relação ao novo diretor eleito, e ele não pôde ser empossado. É uma situação esdrúxula, que nos coloca involuntariamente na ilegalidade."

Nada mais inconsistente. Se não, vejamos: em 26/3/2003, recebemos os documentos relativos à Assembléia-Geral Ordinária anual da COIMPPA. Em 29/4/2003, a cooperativa remeteu-nos documentação corrigindo erros verificados durante a análise do processo. Em 6 e 23/5/2003, recebemos novos documentos, corrigindo falhas persistentes e instruindo definitivamente o processo. Em 28/5/2003, portanto menos de uma semana após a correta instrução do processo, esta Gerência Técnica aprovou a eleição deliberada pela Assembléia-Geral Ordinária. Onde, a falta de posicionamento do BC? Onde, a ilegalidade?

Ao contrário dessa festejada publicação, que não procurou ouvir esta Gerência sobre as críticas a ela endereçadas, tomamos o cuidado de conversar com o citado dirigente, buscando saber o que poderia ter acontecido que não fosse do nosso conhecimento. O sr. José Mello da Rocha alegou desconhecer as declarações a ele atribuídas, esclarecendo que fez críticas genéricas ao processo de reestruturação e que não poderia ter dito o quanto a ele imputado, simplesmente porque o fato não ocorreu. Com a palavra, o autor ou autores do texto.

Da mesma forma, entramos em contato com o sr. Valdecir Palhares, a quem foi atribuída a seguinte pérola: "Até 1999, as atas de eleição para conselhos fiscais ou de assembléias de associados, por exemplo, eram aprovadas ou rejeitadas em uma semana. Agora o BC leva um ano para dizer que a ata estava errada, ou seja, cria uma situação de ilegalidade por sua própria inépcia." Também o sr. Valdecir Palhares manteve as críticas ao processo de reestruturação, mas negou a autoria da declaração acima transcrita.

E não poderia ser diferente. Quem detém um mínimo de informações sobre o volume de processos que aportam ao DEORF durante o mês de abril de cada ano – e o sr. Palhares as tem – sabe perfeitamente ser impossível a manifestação sobre todos eles num prazo de 7 dias e sabe, também perfeitamente, que é uma aleivosia acusar esta Gerência de passar um ano para se pronunciar sobre qualquer processo que aqui tenha chegado.

Como essa revista não se preocupou em ouvir-nos por ocasião da elaboração da reportagem, esperamos ver respeitado agora o sagrado direito de resposta."

Equipe do DEORF/GTREC

Nota da Redação: *A* ***Por Sinal*** *publicou as declarações dos srs. José Mello da Rocha e Valdecir Palhares exatamente da forma como foram feitas ao jornalista responsável pela reportagem "De costas para a Amazônia". Os exemplos citados pelos entrevistados foram dados espontaneamente, até porque a revista não tinha conhecimento prévio deles. Não faz parte da rotina da* ***Por Sinal****, nos seus dois anos e meio de existência, "inventar" declarações de suas fontes. Não sabemos os motivos que levaram os entrevistados a negarem posteriormente as declarações publicadas, mas mesmo assim vamos respeitá-los. Por fim, a reportagem ouviu alguns funcionários do BC em Belém sobre as denúncias e publicou as declarações na matéria.*

"Durante vários meses, recebi a **Por Sinal** em meu gabinete, em Brasília, quando exerci o mandato de deputado federal. Por se tratar de uma revista de excelente qualidade, com reportagens executadas por profissionais competentes, ela foi de extrema valia, pois serviu de base para proposituras e pronunciamentos que apresentei.

Não me candidatando à reeleição, voltei à minha cidade, e assumi a Secretaria de Obras e Transportes da Prefeitura de Osasco. Também sou apresentador de um programa de TV no Canal 48 (TV Educativa), onde entrevisto personalidades dos mais variados segmentos. A **Por Sinal**, portanto, continua sendo de extrema valia para as pautas das entrevistas.

Assim, tomo a liberdade de solicitar aos editores desta publicação que examinem a possibilidade de continuar enviando-me a **Por Sinal**."

Carlos Fernando Zuppo Franco
Secretário de Obras e Transportes

SUMÁRIO

Capa Trabalhadores enfrentam nova batalha: a reforma sindical **Página 6**

Seminário Sinal A quem interessa a reforma sindical? **Página 14**

Entrevista Senador Paulo Paim "Se eu tivesse mais força que o governo, reforma da Previdência não seria votada" **Página 16**

Artigo **Inácio Arruda** Reduzir a jornada para viver mais e melhor **Página 19**

Entrevista Ministro Tarso Genro "O objetivo do presidente Lula é mudar o modelo econômico" **Página 21**

Aniversário do Sinal Em 15 anos, a luta por um BC a serviço da sociedade **Página 30**

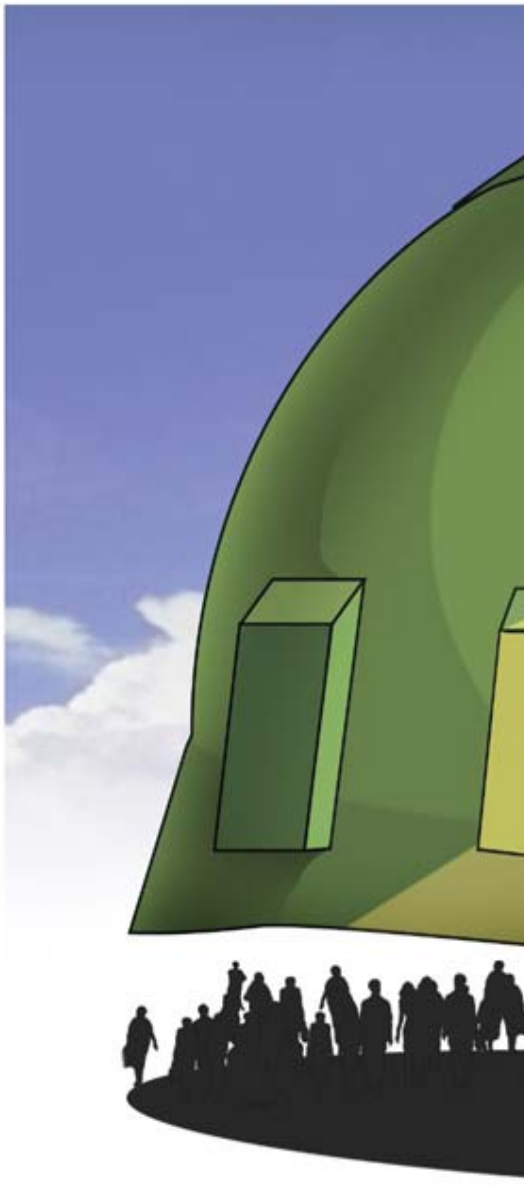
Artigo **Sergio Miranda** A dicotomia entre crescimento e distribuição de renda **Página 32**

Regional Fortaleza Pressão do Sinal contra "desmonte" fez BC recuar **Página 36**

Anexo O impacto da reforma da Previdência nas EFPCs **Página 40**

Trabalhadores enfrentam nova batalha: a reforma sindical

Sem chance de consenso em questões polêmicas, como o fim da unicidade e do imposto sindical, projeto deve chegar ao congresso como mais um teste de fogo para o governo.



O "companheiro Lula" vai ter uma ótima chance de matar saudades de seus tempos de ABC. Se tudo caminhar nos prazos, como deseja o ministro do Trabalho, o projeto de reforma sindical do governo pousará no Congresso Nacional ainda este ano, ou no início de 2004. Para não soar monástica depois das turbulentas reformas da Previdência e tributária, a sindical promete entreter seus debates no Parlamento com dois temas polêmicos: mudanças na organização, com o fim da unicidade e a adoção da liberdade sindical, e a extinção do imposto sindical compulsório. Uma parte do movimento sindical dá pulos de alegria com a chance – bem provável – de aprovação das duas propostas. Outra parte tem urticária só de pensar nessa possibilidade.

No plenário da Câmara dos Deputados, o projeto já está sendo aguardado com as honrarias de uma comissão especial. Ela é presidida pelo deputado Vicente Paulo da Silva (PT-SP), o Vicentinho, amigo íntimo de Lula, ex-metalúrgico e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Vicentinho é pule de dez para ser o relator do projeto do governo. Além de estar perfeitamente afinado com as propostas do Palácio do Planalto – afinal, ajudou a formulá-las –, tem o perfil de experiente líder sindical adequado para negociar até a exaustão divergências que se anunciam intransponíveis.

O plenário da Câmara tem tudo para transformar-se em uma daquelas tensas assembléias sindicais que vão decidir pela decretação ou não de uma greve. Como aquelas que introduziram na vida política brasileira o nosso presidente-metalúrgico, em seus tempos de sindicalista, na virada dos anos 70 para os 80. Ao que tudo leva a crer, as posições antagônicas terão de ser decididas no voto.

E é aí que a posição do governo – seguindo a linha da CUT e já desenhada em duas propostas de emenda constitucional (PECs) do PT, apresentadas este ano – leva vantagem. Além de ter maioria sólida no Congresso, o governo Lula quer aprovar logo a reforma sindical porque ela é um ensaio para a próxima batalha, esta ainda mais nevrálgica: a reforma trabalhista, a

primeira da pauta de 2004.

A proposta do governo, é bom que se esclareça, oficialmente ainda não existe. A estratégia adotada para reformular a estrutura sindical brasileira começou a ser definida ainda na campanha eleitoral, com a promessa do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva de instalar o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). A promessa foi cumprida, e é do FNT, uma instância tripartite com participação de governo, trabalhadores e empregadores, que está saindo a proposta de reforma sindical a ser encaminhada ao Palácio do Planalto e, daí, ao Congresso. O objetivo do Fórum (*veja box na página 11*) é buscar o consenso até onde ele for possível e expor as divergências a partir do momento em que elas se mostrarem insuperáveis. Os debates do FNT prosseguem até este mês, mas já é possível definir onde há consenso e onde não há.

DIVERGÊNCIAS NAS BASES

Autor, ao lado do deputado Mauricio Rands (PT-PE), das duas PECs do PT que tratam da reforma sindical em tramitação na Câmara (*veja box na página 9*), Vicentinho considera que dois temas vão gerar muita polêmica: a liberdade sindical e o fim do imposto sindical. "Eu defendo, e a CUT também, que haja unidade sindical. Nós somos favoráveis à liberdade sindical para podermos implementar a unidade sindical. Quem quiser adotar o pluralismo, que adote. Quem quiser adotar a unicidade, que adote. Mas desde que haja liberdade de associação dos trabalhadores", explica.

A proposta é a mesma que brotou do 8º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), realizado em São Paulo em junho passado. Tem as bênçãos do governo Lula. Mas não foi consenso nem mesmo no interior da CUT. Uma das forças que compõem a Executiva Nacional da central, a Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao PC do B, é contra o fim da unicidade nos sindicatos de base. "Há setores minoritários dentro da CUT que são

"Somos favoráveis à liberdade sindical para podermos implantar a unidade sindical. Quem quiser adotar o pluralismo, que adote. Quem quiser adotar a unicidade, que adote. Mas desde que haja liberdade de associação dos trabalhadores."

VICENTINHO
Deputado federal - PT (SP)

contrários ao fim da unicidade sindical. Nós respeitamos a posição dos companheiros internamente, mas no FNT o que vale é a posição majoritária da CUT, e esses companheiros se submetem às decisões do nosso 8º congresso", encerra questão a secretária de Política Sindical da CUT, Rosane da Silva, uma das representantes da central no FNT.

Se não foi consenso nem na CUT, a proposta de liberdade sindical está longe de ser aceita pelas outras cinco centrais. "Se a liberdade sindical for instalada como está sendo proposta pela CUT, é simplesmente a anarquia sindical", avalia Ricardo Patah, tesoureiro da Força Sindical e principal representante da central no FNT. A divergência maior repousa na base. Enquanto a CUT quer a liberdade em toda a estrutura, a Força é a favor da manutenção da unicidade sindical na base. "O pluralismo pode ser adotado na estrutura vertical, ou seja, nas federações, confederações e centrais. Acho que esse modelo é uma mudança considerável na relação capital/trabalho e poderá, no futuro, alcançar definitivamente a liberdade. A proposta da CUT é uma utopia", adverte Patah.

Segundo o tesoureiro da Força, que também é presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo, a adoção da liberdade sindical também enfrenta resistências por parte da bancada dos empregadores no FNT. "A proposta da CUT, para os empresários, é o diabo. A nossa é a mais próxima de uma tentativa de consenso", argumenta.

Já Rosane da Silva acredita que, apesar das resistências, a liberdade sindical poderá conquistar os opositores: "A proposta da CUT rompe com a estrutura vigente, e nós vamos defendê-la até o fim, mas sabemos que o Fórum é tripartite e, na bancada dos trabalhadores, temos diferenças. Nossa disposição é negociar e avançar. No campo dos trabalhadores, as maiores resistências vêm da CGTB (Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros) e da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores)."

A unicidade sindical, hoje em vigor, proíbe a existência de mais de uma entidade de uma mesma categoria numa mesma base territorial (município). A proposta da CUT – e expressa em umas das PECs de Vicentinho – é a livre organização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, com o fim da unicidade. Para o ex-presidente da CUT, esse é o caminho da unidade e do fortalecimento sindical. "Em São Bernardo, nós transformamos o Sindicato dos Metalúrgicos da cidade no Sindicato do ABC, com a unificação de todos os sindicatos da região. Ficamos mais fortes", diz Vicentinho.

Um dos caminhos para se alinhavar o consenso pode ser a manutenção da unicidade sindical (um sindicato por município) por ramo de atividade, com o fim dos sindicatos por categoria, além da liberdade de organização por locais de trabalho. O pluralismo seria adotado nas federações, confederações e centrais. Seria

uma proposta conciliatória entre a liberdade total que a CUT prega e manter tudo como está, como querem a CGT e a CGTB. Por ironia, essa foi a proposta defendida pela CSC no 8º CONCUT, está muito próxima do que a Força vem sustentando e é mais palatável ao gosto da bancada dos empregadores.

A CUT também defende o sindicato por ramo de atividade, e não por categoria profissional. A bancada do governo no FNT deve se posicionar pelo máximo de consenso, sem marcar posição. "O governo tem se posicionado como um magistrado nessa discussão, tem buscado conciliar as conversações", defende Vicentinho.

O FINANCIAMENTO DA ESTRUTURA

A extinção do imposto sindical é outra questão que promete render polêmica. A CUT, a Força e a SDS (Social Democracia Sindical) defendem a extinção. Para essas três centrais, a estrutura sindical pode ser financiada com a adoção de duas cobranças: a mensalidade voluntária daquele que participa da vida sindical e a chamada contribuição assistencial – ou negocial. Esta última seria cobrada de todos os trabalhadores da base, sindicalizados ou não, no momento do acordo coletivo.

Não vai ser fácil chegar ao consenso. "Há sindicatos que cobram quatro contribuições, um absurdo: são a mensalidade, o imposto sindical, a taxa assistencial e a contribuição confederativa. Nós somos contra isso. Mas não há consenso. Há sindicatos que querem continuar cobrando desse jeito mesmo", reconhece as dificuldades Ricardo Patah. Rosane da Silva concorda. "A CAT (Central Autônoma dos Trabalhadores), a CGT e a CGTB estão em outro campo. A CAT e a CGT até admitem discutir o fim do imposto, desde que seja prevista em lei uma outra taxa compulsória. A CGTB é que não abre mão do imposto. Mas acho que ainda tem espaço para diálogo", diz ela, esperançosa.

No Congresso, polêmica anunciada

Duas propostas de emenda constitucional encaminhadas este ano à Câmara pelos deputados federais Vicentinho (PT-SP) e Mauricio Rands (PT-PE) expressam a visão do governo Lula e da maior parte da CUT sobre a reforma sindical. A primeira delas, apresentada em 10 de abril, é a 29/2003 e institui a liberdade sindical, dando nova redação ao artigo 8º da Constituição Federal. Na prática, essa PEC derruba a unicidade sindical, que proíbe a existência de mais de uma entidade por categoria na mesma base territorial.

Outra alteração prevista na PEC 29/2003 é a extinção gradual da contribuição sindical compulsória – o conhecido imposto sindical. Vicentinho e Rands sugerem que essa contribuição vá se reduzindo ao longo dos próximos cinco anos, a partir da aprovação da emenda – 80% de cobrança no primeiro ano, 60% no segundo e assim por diante, até a extinção. A proposta prevê ainda garantias ao exercício da atividade sindical: "Nenhum empregado poderá sofrer retaliação, inclusive despedida, por motivo de participação em atividade sindical, sendo-lhe facultado recorrer ao Judiciário pleiteando tutela antecipada específica para anular o ato de retaliação."

A PEC 29/2003 ostenta o carimbo "pronta para pauta", ou seja, já reúne os requisitos para ir ao Plenário. Já a outra PEC dos dois deputados petistas – 129/2003 – ainda percorre as comissões de praxe da Câmara. Ela propõe a alteração do artigo 37º da Constituição, estabelecendo a livre associação sindical e o direito à negociação coletiva aos servidores públicos civis.

Vicentinho e Mauricio Rands são dois especialistas em sindicalismo. O primeiro foi um dos fundadores da CUT, ao lado de Lula, e tem larga militância no movimento. Rands é advogado e professor universitário, foi assessor de várias entidades sindicais em Pernambuco e estudou a fundo o assunto. Ele é pós-graduado em Direito do Trabalho pela Universidade de Bari (Itália) e doutor em Política pela Universidade de Oxford (Inglaterra), com tese sobre Relações de Trabalho no Brasil.

"A proposta da CUT rompe com a estrutura vigente, e nós vamos defendê-la até o fim, mas sabemos que o Fórum é tripartite e, na bancada dos trabalhadores, temos diferenças. As maiores resistências vêm da CGTB e da CGT."

ROSANE DA SILVA
Secretária de Política Sindical da CUT

A resistência é forte. A CGT defende que, caso ocorra o fim da atual contribuição (imposto) sindical compulsória, o melhor mecanismo para garantir o custeio da atividade sindical será a criação de um Fundo de Garantia da Ação Sindical (FGAS), com recursos do Orçamento da União. Tal fundo, segundo documento do 7º Congresso Nacional da CGT, realizado em maio passado, segue o exemplo do Fundo Partidário: "A verba não poderá ser contingenciada e será rateada somente para as entidades representativas da estrutura sindical."

Para quem acha que a criação do FGAS é como trocar seis por meia dúzia, a CGTB oferece ao menos a sinceridade de ser radicalmente contra o fim do imposto. Em seu mais recente documento sobre o assunto, convoca seus filiados a lutar contra a proposta de extinção: "A contribuição compulsória garante a autonomia e a independência das entidades sindicais. Se o sindicato é de toda a categoria, se os benefícios dos direitos e das campanhas salariais vão para toda a categoria, então é um dever cívico, preliminar, que tem de ser garantido na Lei, a contribuição de cada trabalhador para a sua entidade de classe."

MAIS GARANTIAS PARA SERVIDORES

Afora tanta polêmica anunciada, o consultor sindical de entidades de trabalhadores João Guilherme Vargas Neto considera que a reforma sindical será a chance de moldar uma estrutura sindical para os servidores públicos. "É um campo novo. A OIT só admitiu discutir direitos sindicais de funcionários públicos na década de 70. O desenvolvimento do movimento seguiu várias linhas. Os funcionários do Banco Central, por exemplo, têm um sindicato próprio. Os fiscais de renda têm um outro. Ambos exercem funções fazendárias, mas uns se organizaram pelo eixo Banco Central e os outros, pelo eixo Receita Federal. Por outro lado, outros funcionários da Fazenda se agrupam nos sindicatos dos servidores públicos estaduais. Além disso, há os setores fazendários estaduais e os municipais. É preciso organizar essa estrutura", propõe Vargas Neto.

Segundo ele, hoje é difícil para o movimento sindical dos servidores públicos definir até mesmo os interlocutores em casos de negociação. E dá um exemplo: "Os funcionários do Banco Central negociam só com a direção do Banco? Devem procurar o presidente do BC e o ministro Palocci? Ou ir até o chefe da Casa Civil? Nada disso está definido. E a hora de definir é agora."

Para o consultor, o funcionalismo público tem de conquistar garantias constitucionais. "O direito de greve, por exemplo, está na Constituição, mas não foi regulamentado. O funcionalismo público tem de se engajar numa batalha para a regulamentação do seu direito de greve. Depois, deve organizar a data-base, como legislação. E, por fim, organizar um sistema de negociação per-

Um espaço democrático de discussão

O consultor sindical João Guilherme Vargas Neto não arrisca um palpite sobre o desenho final do projeto de reforma sindical do governo Lula. Mas, de antemão, acha que ele será fruto do mais democrático processo de discussão já construído no País para definir sua estrutura sindical e trabalhista: o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). "Lula anunciou a criação do Fórum na campanha e instalou-o depois de assumir a Presidência. Com isso, produziu uma mobilização do movimento sindical para discutir seus rumos. Além do FNT, existem fóruns regionais discutindo as mudanças no Brasil inteiro", elogia Vargas Neto.

De acordo com o consultor, desde a ditadura militar, foram feitas várias tentativas de se mudar a estrutura sindical brasileira, montada a partir da Revolução de 30. "Essas tentativas tiveram algumas características em comum. A primeira delas é que foram elaboradas por comissões de notáveis. Autoritariamente, portanto. Segundo, a discussão sempre ficou restrita a um ambiente, na melhor das hipóteses, ao redor dos notáveis. Ou seja, pouco inserida na realidade. A terceira característica foi que todas essas tentativas deram em nada", resume.

O FNT é composto por três bancadas: governo, trabalhadores e empregadores. Há oito grupos temáticos, com 18 membros cada um, seis de cada bancada: Organização Sindical; Negociação Coletiva; Sistema de Composição de Conflitos Individuais e Coletivos; Legislação do Trabalho; Organização Administrativa e Judiciária do Trabalho; Normas Administrativas sobre Saúde, Segurança e Inspeção das Condições de Trabalho; Qualificação e Certificação Profissional; e Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade.

Esses oito grupos têm a função de debater todas as propostas apresentadas pelas bancadas, buscar consensos, apontar divergências e encaminhar um relatório parcial do tema à Comissão de Sistematização. Esta, composta por 21 membros, sendo seis de cada bancada e três de outros setores econômicos (como cooperativas e microempresas), é responsável pela elaboração de um relatório final a ser encaminhado ao presidente Lula. Tanto os relatórios temáticos quanto o final serão submetidos à Plenária do FNT – onde têm assento 72 pessoas – 21 de cada bancada e nove de outros setores.

Em tempos nem tão remotos, a bancada do governo bem poderia ser confundida com a dos trabalhadores. Ela é coordenada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, que construiu carreira como sindicalista na Bahia no setor petroquímico até tornar-se deputado pelo PT. Dois ex-presidentes da CUT integram a bancada do governo: Vicentinho e Jair Meneguelli, este, hoje presidente do Conselho Nacional do SESI (Serviço Social da Indústria).

A bancada dos trabalhadores tem forte representação da CUT e da Força Sindical, as duas maiores centrais do País. Luiz Marinho, presidente da CUT, e Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, da Força, coordenam a bancada, respectivamente, na Plenária e na Comissão de Sistematização. As outras quatro centrais estão representadas na bancada por seus principais dirigentes.

O presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antonio Oliveira Santos, é o coordenador da bancada dos empregadores na Plenária. Outros pesos-pesados do empresariado nacional compõem a bancada, como Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e Clésio Andrade, vice-governador de Minas Gerais e presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

"O pluralismo pode ser adotado na estrutura vertical. Esse modelo é uma mudança considerável na relação capital/trabalho e poderá, no futuro, alcançar definitivamente a liberdade. A proposta da CUT é uma utopia."

RICARDO PATAH
Tesoureiro da Força Sindical

manente com os governos", explica.

Vargas Neto citou como exemplo de sucesso o Sistema Integrado de Negociação Permanente da Prefeitura de São Paulo – ele agrupa 35 dos 37 sindicatos de servidores municipais. O sistema tem como tarefa negociar as condições salariais e de trabalho. "São Paulo talvez seja a única capital brasileira onde a Câmara de Vereadores votou uma data-base do funcionalismo municipal (1º de maio)", lembrou o consultor.

Questões específicas sobre os servidores públicos estão sendo discutidas no FNT e não há, até agora, pontos polêmicos. A bancada dos empregadores, nesse caso, é a bancada do governo – e a disposição é avançar nas garantias que foram apenas previstas na Constituição de 1988. "O serviço público está contemplado dentro deste modelo sindical que estamos discutindo. Para mim, é a mesma coisa. São trabalhadores com a mesma relação de capital e trabalho, só que os patrões são os governos. E hoje são os servidores públicos que dão mais legitimidade ao movimento sindical porque têm uma participação muito intensa", lembrou Ricardo Patah.

Para Rosane da Silva, o que vem se buscando no FNT é a liberdade para os servidores públicos se organizarem por sindicatos e ter direito à negociação coletiva. "Hoje não há nada legalizado. Acho que, com essas garantias, a estrutura sindical do serviço público pode perfeitamente estar ligada às centrais existentes. Não vejo necessidade de se ter uma central sindical específica do serviço público. O que tem que ser garantido é o direito à organização."

A secretária de Política Sindical da CUT acha que as entidades sindicais de servidores públicos podem se organizar melhor se vigorar a tese da liberdade sindical. "Defendemos sindicatos não por categoria, mas por ramos de atividade. No caso do serviço público, você pode ter uma Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público, e ela se filia à central que quiser. Ou parte se filia à CUT, como já acontece hoje, e outra parte constitui uma nova confederação e se filia a uma outra central. O ideal, acho, seria um sindicato por setor de atividade, seria mais forte. Por que não pensar num único sindicato do setor financeiro, por exemplo, com todos os bancos, públicos e privados? Vamos pegar o caso recente da campanha salarial dos bancários. O setor privado fechou acordo com a Febraban, e os trabalhadores do Banco do Brasil e da Caixa tiveram de ir à greve para brigar pelos mesmos benefícios. Tanto os bancos privados como os públicos tiveram lucros extraordinários. Não existe razão para processos diferentes."

Para quem gosta de polêmica, essa reforma sindical vai mesmo ser um prato cheio. É como diz o consultor João Guilherme Vargas Neto: "Nas questões polêmicas, vai predominar a regra do caminhão de abóboras. Tem que andar para ver como elas se acomodam."

A força dos trabalhadores

De acordo com a Pesquisa Sindical 2002 do IBGE – com dados de 2001 –, há no Brasil 11.354 entidades sindicais de trabalhadores e 4.607 patronais. Das entidades de trabalhadores, 7.443 são urbanas (64% do total) e 3.911, rurais. São 54 milhões de trabalhadores na base – 19,5 milhões associados.

Segundo João Guilherme Vargas Neto, o movimento sindical brasileiro dos trabalhadores é um dos mais fortes do mundo. Está representado em todo o País e em todos os setores, à exceção de parte do trabalho informal. O único setor de trabalho informal que tem uma expressão de corte sindical com estrutura própria é o do trabalhador rural sem terra, através do MST.

A malha sindical começa de baixo para cima pelos sindicatos na base – que representam categorias profissionais, um por município, de acordo com o princípio da unicidade. Os sindicatos são ligados às federações, ou confederações, e estas às centrais sindicais.

As duas maiores centrais são a CUT e a Força Sindical, seguidas pela CGT. A SDS, a CAT e a CGTB completam o quadro.

FORÇA SINDICAL
Fundação: 8 de maio de 1991
Sede nacional: São Paulo – SP
Entidades filiadas: 1.500
Trabalhadores associados: 1,7 milhão
Trabalhadores na base: 12 milhões

CUT
Fundação: 28 de agosto de 1983
Sede nacional: São Paulo – SP
Entidades filiadas: 3.354
Trabalhadores associados: 7,5 milhões
Trabalhadores na base: 22,6 milhões

SDS
Fundação: 8 de julho de 1997
Sede Nacional: Brasília – DF
Entidades filiadas: 289
Trabalhadores associados: 659,3 mil
Trabalhadores na base: 2,3 milhões

CGT
Fundação: março de 1986
Sede nacional: São Paulo – SP
Entidades filiadas: 1.012
Trabalhadores associados: 392 mil
Trabalhadores na base: 6,3 milhões

CAT
Fundação: 8 de dezembro de 1995
Sede Nacional: São Paulo – SP
Entidades filiadas: 86
Trabalhadores associados: 119,5 mil
Trabalhadores na base: 329 mil

Fontes: *Pesquisa Sindical 2002 do IBGE e informações das centrais.*
OBSERVAÇÃO: *Não foram encontradas informações atualizadas* sobre a CGTB.

A quem interessa a reforma sindical?

Que tipo de sindicato terá mais condições de lutar pelos interesses dos trabalhadores? Aquele que for mais eficiente na organização das suas bases? Mas qual é a melhor maneira de organizar essas bases? Tais perguntas deram a tônica do seminário sobre reforma sindical que o **Sinal** realizou em Brasília, no dia 28 de outubro, em comemoração aos 15 anos de fundação do sindicato.

Aberto pelo presidente do **Sinal**, Sérgio Belsito, e mediado pelo diretor de Assuntos Externos, Paulo de Tarso Calovi, o seminário reuniu os deputados Tarcísio Zimmerman (PT-RS) e Alice Portugal (PCdoB-BA) e a primeira secretária da CUT, Denise Dau. Funcionários do Banco em todo o país puderam acompanhar o debate, transmitido pela TV Bacen e pela Internet.

Aparentemente, as respostas que os sindicalistas procuram só serão encontradas depois de uma ampla discussão entre aqueles que defendem a manutenção da unicidade sindical, como a deputada Alice Portugal, e os adeptos da pluralidade, como a dirigente cutista Denise Dau.

Alice Portugal foi bastante incisiva no seu repúdio à pluralidade sindical: "Para nós, servidores públicos, interessam dois sindicatos de servidores numa mesma base?" Além de aumentar a complexidade dos acordos salariais, a deputada acredita que a pluralidade favorecerá os sindicatos com maior possibilidade de articulação com o patronato, que vão tentar atrair os trabalhadores através de mecanismos clientelistas, como convênios de saúde e empréstimos bancários. "A pluralidade vai estabelecer a livre concorrência sindical, enquanto os patrões permanecerão unidos", advertiu a parlamentar.

Denise Dau retrucou que esta articulação com o patronato – peleguismo, em bom português –, acontece justamente em função da unicidade sindical: "Há diversos sindicatos que se garantem pela estrutura legal, com diretorias que estão há 15 anos no poder porque marcam eleições para o Natal ou no Ano Novo, sem que os trabalhadores consigam fazer oposição ou tenham o direito de fundar outro sindicato." A argumentação da dirigente cutista leva à conclusão de que a unicidade não rima com liberdade sindical. Para Alice Portugal, não existe nada mais falso: "Os desinformados vão dizer que a unicidade é a antítese da autonomia sindical porque é imposta, mas nós podemos nos desatrelar do Estado e continuar unidos em uma única entidade por ramo de atividade. Mas não continuaremos unidos se pulverizarmos as estruturas sindicais".

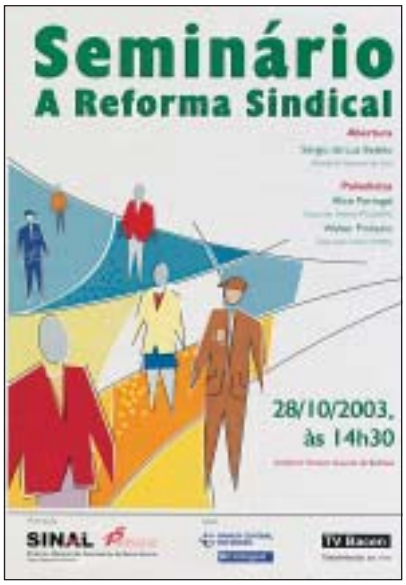
Na análise da deputada, a implosão da estrutura sindical, por meio da pluralidade, é o objetivo político dos patrões. Em apoio a sua argumentação, ela disse que o fim da unicidade sindical foi aprovado no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, presidido pelo ministro Tarso Genro, porque esse Con-

selho é majoritariamente formado por empresários.

Denise Dau, por sua vez, refutou a tese de que a pluralidade sindical faz parte do projeto patronal. No Fórum Nacional do Trabalho, criado pelo governo para dar continuidade às discussões promovidas no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a defesa da unicidade por parte dos empresários tem sido veemente. E Denise Dau sabe do que está falando, já que ela mesma representa a CUT no grupo temático do Fórum que discute os novos parâmetros para a organização sindical. "Os empregadores não querem mudar nada na legislação sindical porque querem ir para a reforma trabalhista retirar nossos direitos", explicou a dirigente.

HORIZONTE ESTRATÉGICO

A polêmica unicidade x pluralidade sindical, pelo que se viu no seminário promovido pelo **Sinal**, pouco contribui para a união dos trabalhadores. Há quem diga, como o deputado Tarcísio Zimmerman (PT-RS), que não há razão para transformar essa controvérsia interminável no principal tema da reforma sindical. Ele está preocupado, acima de tudo, com o horizonte estratégico que, a seu ver, deve pautar as reformas sindical e trabalhista. O sucesso da CLT, segundo Zimmerman, deveu-se ao fato de ter sido formulada estrategicamente para o futuro, em perfeita sintonia com um projeto nacional de industrialização.



Em função disso, o deputado gaúcho pergunta: "Qual o horizonte estratégico para o qual estamos orientando as reformas sindical e trabalhista?"

A resposta a esta questão, para o deputado, pode ser angustiante. A seu ver, o enfraquecimento do poder do Estado, em todo o mundo, vem causando uma profunda mudança na organização da produção e nas relações entre os países. Ambas são fundamentais, no seu entendimento, para se pensar um projeto de Nação, que também será o fruto da correlação de forças entre o capital e o trabalho. Pelo que tem visto, o deputado acha que as propostas para a reforma sindical ainda dialogam com o passado, sem uma avaliação mais consistente do que aconteceu nas últimas décadas. Até mesmo a CLT, que o movimento sindical costuma classificar como anacrônica, deve ser pensada, segundo o deputado, dentro desta perspectiva histórica. "Não é que a legislação seja anacrônica, o que não existe é uma ação do Estado para fazer cumprir a CLT."

Os problemas hoje existentes de descumprimento da legislação trabalhista devem-se, no entendimento de Zimmerman, à omissão deliberada e criminosa do Estado. Uma agenda urgente para a reforma sindical, para o parlamentar, passa, antes de qualquer coisa, pela ampliação do número de fiscais do Ministério do Trabalho. "Com isso, poderíamos fazer um balanço real do que é anacrônico, porque, do contrário corremos o risco de mudar coisas que na verdade não estão vigorando pela absoluta omissão do Estado em garantir que vigorem."

Outro ponto fundamental, para Tarcísio Zimmerman, é a redução da jornada de trabalho sem redução de salário. A atual jornada de 44 horas, na sua avaliação, não faz sentido dentro do atual paradigma tecnológico instalado na sociedade brasileira. "Essa jornada significa desemprego estrutural permanente", afirmou. O discurso do deputado gaúcho guarda semelhança com o que diz seu conterrâneo Paulo Paim. Os dois questionam as bases das reformas sindical e trabalhista, já que ambas em nada contribuem para a geração de mais empregos.

Num ponto, porém, todos os participantes do seminário concordaram: é preciso ampliar este debate para além da elite sindical e empresarial. Do contrário, como os trabalhadores poderão esperar que venha algo de bom dessas reformas?

"Se tivesse mais força que o governo, a reforma da Previdência não seria votada"

Metalúrgico, como Lula, ex-secretário nacional da CUT e com uma passagem de 16 anos pela Câmara dos Deputados, o senador Paulo Paim vive um momento difícil, em que suas contradições internas tornam-se visíveis. Ele faz parte da base do governo, vota com o governo, mas não concorda com as principais políticas implementadas pelo governo. Quando recebeu a revista **Por Sinal** em seu gabinete, no dia 3 de novembro, o senador fez questão de ressaltar a sua coerência: ele ainda sustenta as mesmas idéias que defendia há um ano – salário mínimo justo e previdência pública. Justamente por isso, Paim começa a ser visto como um estranho no ninho petista.

Seu diagnóstico em relação à situação da Previdência nunca coincidiu com o do governo. O sr. afirmou que a Previdência não é deficitária e apresentou várias emendas em nome dos servidores, que esperavam que o senador Paulo Paim fosse o grande negociador desta reforma. À medida que a proposta foi tramitando no Senado, ficou a impressão de que o sr. foi obrigado a recuar. Em algum momento o governo esteve disposto, de fato, a negociar com os servidores?

Ser o grande negociador? Acho que ninguém sonhou que eu ia, sozinho, transformar a reforma que veio da Câmara. O Paulo Paim fez os questionamentos, do início ao fim, mas o que não pode são os servidores acharem que tenho mais força que o governo. Se isso fosse verdade, essa reforma não estaria aí, a Previdência é superavitária. Apresentei as 22 emendas, estão todas no Plenário para serem votadas, não recuei de nenhuma. De minha parte, procurei o entendimento até o último momento. E votei com o governo porque o presidente Lula se comprometeu comigo que a PEC paralela é para valer. Achava que o governo não queria negociar, mas mudei de idéia.

■ Como o sr. está vendo a reforma sindical, em especial a polêmica entre os que defendem a unicidade e os que pregam a pluralidade sindical?

Essa discussão não leva a nada, é uma polêmica desnecessária. Eu quero que me digam, tanto de um lado quanto do outro, o porquê dessa discussão. Vai gerar emprego, vai ajudar a organizar os trabalhadores?

■ Quem defende a manutenção da unicidade argumenta que a pluralidade pode desmantelar o movimento sindical; do outro lado, há quem diga que a unicidade só interessa aos patrões.

Isso é tudo bobagem. Eles deveriam ter mais o que fazer e discutir investimento na produção, fontes geradoras de emprego, organizar os trabalhadores e as comissões sindicais. Pergunte para qualquer trabalhador deste País o que é unicidade e o que é pluralismo sindical – 99% não sabem. É uma discussão de cúpula, exagerada, exacerbada, quando o grande debate é a liberdade de autonomia sindical. Não é nem pluralismo, nem unicidade. E a liberdade de autonomia sindical está assegurada no artigo 8º da Constituição. Dali pra frente, cada um se organiza como achar melhor.

■ Então não seria preciso essa reforma sindical?

Claro que não! Perco até tempo falando sobre isso. A liberdade de autonomia sindical está assegurada no artigo 8º. A partir daí, se quiserem usar instrumentos de regulamentação, pode ser um Código de Ética que o próprio movimento sindical construa, que nem precisa passar pelo Parlamento.

"Apresentei as 22 emendas, estão todas no Plenário para serem votadas, não recuei de nenhuma. De minha parte, procurei o entendimento até o último momento. E votei com o governo porque o presidente Lula se comprometeu comigo que a PEC paralela é para valer."

■ E a questão do imposto sindical?

Isso é totalmente periferia. O caminho é simples: a assembléia dos trabalhadores decide qual é a contribuição, e essa contribuição vai para o sindicato, para a federação, para a confederação e para a central.

■ O governo tem dito que 2004 vai ser o ano para investir mais em educação, saúde e saneamento. O sr. acha que isso será possível, já que só com os serviços das dívidas o País vai gastar R$ 121,4 bilhões? Acredita que o "espetáculo do crescimento" terá início no próximo ano?

Ninguém nesse jogo é bobo: no ano que vem vai haver investimento neste País, mesmo com o serviço da dívida, até porque é um ano eleitoral. Não dá para desmerecer a força da máquina do Estado: não é de graça que este governo tem 90% dos congressistas.

■ Que parâmetro o governo deveria seguir na negociação com o Fundo?

Semelhante ao que fez a Argentina, que avançou bem na negociação com o FMI. É preciso atenuar o pagamento do serviço da dívida para que o Brasil possa investir no mercado interno. Não dá para o FMI continuar exigindo esse superávit, por exemplo.

■ A propósito, o senador Mercadante propôs, no início do ano, que o governo poderia negociar com o FMI superávits oscilantes, para permitir uma redução maior do superávit primário no ano em que a economia não estivesse bem e necessitasse de maiores investimentos do Estado. O que o sr. acha da idéia?

Ninguém pode ser contra isso, mas não dá para negar que o governo foi além do superávit primário que o próprio FMI pediu. O que o Mercadante disse é a lógica.

O Estatuto do Idoso é uma grande conquista, mas como fiscalizar sua aplicação?

Quem tem de fiscalizar e fazer o Estatuto do Idoso ser cumprido é a própria sociedade. Se a sociedade, de forma organizada, não assumi-lo, não vai ser o Congresso nem o Executivo que vai resolver isso. Há instrumentos no próprio Estatuto, como os Conselhos Municipais, Delegacias do Idoso e também via sindicatos, associações de bairro, prefeituras, Ministério Público, para botar na cadeia quem desrespeita o Estatuto.

Como o sr. analisa o governo Lula? Discorda da avaliação do deputado Gabeira, que disse, em relação à Lula, que sonhou o sonho errado?

Quero muito bem ao Gabeira, é uma grande referência para nós, principalmente na área de meio ambiente, mas acho que o direito de sonhar é um direito permanente de todos. E o sonho, tu tens que trabalhar para que ele se torne realidade. E eu continuo sonhando. Não acho que sonhei o sonho errado; sonhei muitos sonhos, posso não ter gostado de alguns, mas o meu papel é fazer com que o sonho se torne realidade. Continuo na linha de quem vai transformar o sonho em realidade é a população organizada, interagindo e pautando o governo. Só se faz as coisas acontecerem mediante um processo de pressão e mobilização.

> "O grande debate é a liberdade de autonomia sindical. Não é nem pluralismo, nem unicidade. E a liberdade de autonomia sindical está assegurada no artigo 8º da Constituição. Dali pra frente, cada um se organiza como achar melhor."

Se o sr. fosse pintar um quadro do governo Lula, como seria?

No primeiro ano, é natural que o governo que entra procure, dentro da sua ótica, botar a casa em dia. Acho que a melhor forma de fazer um julgamento mais adequado dos governos que entraram, inclusive o do presidente Lula, é a partir do ano que vem. O que está acontecendo este ano? Tudo bem, a inflação sob controle, o dólar também, o risco Brasil está caindo, mas existem problemas, como o desemprego, e é inegável que os investimentos no campo social não vieram.

O sr. questiona a forma de tramitação das reformas, já que o governo diz que a reforma tributária pode ser fatiada, enquanto a previdenciária, ao contrário, precisa apenas de uma PEC paralela. Essa estratégia cria um precedente perigoso, juridicamente falando?

Não só juridicamente, mas isso é muito complicado internamente para as boas relações dentro do Congresso. Não é possível, de forma casuística, que se mudem as regras do jogo: para uma PEC, adota-se um critério; para outra PEC, adota-se outro. Eu era a favor da promulgação fatiada da reforma da Previdência – o que é consenso nas duas Casas, se promulga; o que não for, volta à Casa de origem para debate. Mas me disseram – o alto corpo técnico, inclusive – que não havia alternativa, que a única opção era a PEC paralela. Agora, dizem que a tributária pode ser fatiada. Então, que façam uma PEC paralela também para a tributária. Não concordo com essas coisas porque é uma questão de ética, de um mínimo de coerência. Aí eu fico indignado porque não é nem a questão do mérito e sim do procedimento, porque se adotam procedimentos diferentes para a mesma situação. Isso vai quebrando o mínimo de regras preestabelecidas entre situação e oposição e aqueles que concordam e discordam, até mesmo sendo da base do governo.

INÁCIO ARRUDA*

Reduzir a jornada para viver mais e melhor

A redução da jornada de trabalho – histórica e estratégica bandeira de luta dos trabalhadores – volta a ocupar as manchetes do noticiário a partir das declarações do presidente da República, mas sobretudo – pela via estrutural – em decorrência das necessidades próprias da luta de classes que percorrem a história do trabalho no desenvolvimento da sociedade humana. Em poucos séculos, pelo menos três revoluções tecnológicas acarretaram imensos ganhos de produtividade absorvidos em sua essência pelo capital. Em todo o mundo, esses ganhos representam um profundo desequilíbrio na relação entre o capital e o trabalho, simultâneo ao aumento da exploração, ocasionando debates e lutas. No Brasil, a chegada de um ex-operário metalúrgico ao poder reacende as esperanças de uma maior audiência para os interesses dos que alavancam a produção com sua força de trabalho.

O debate sobre a redução da jornada de trabalho acompanha a história das lutas operárias desde o século XIX. No Brasil, está na reivindicação oriunda da greve de 25 mil trabalhadores têxteis no Rio de Janeiro, em 1903. Diante das novas técnicas e equipamentos de produção, do desemprego histórico e das crises conjunturais que acompanham o capitalismo no mundo e no Brasil, a redução da jornada de trabalho sempre foi uma forma de gerar mais emprego e qualidade de vida.

O atual século já trouxe como herança os primeiros de maio comemorados sobre uma tradição de defesa de jornadas de trabalho mais reduzidas. Já em outubro de 1919, a duração da jornada foi o principal tema da I Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Washington (EUA). Àquela época, a OIT já recomendava a redução de 48 para 44 horas – preceito que, no Brasil, somente foi adotado pela Constituição de 1988. Em 1935, a Convenção Internacional n.º 47 adotava a redução para 40 horas.

A despeito das resistências, a tendência à redução da jornada diária ou semanal é fato incontestável. Em muitos países as jornadas são até menores que 40 horas. No ano 2000, a França, que já se incluía no grupo de países europeus com jornada inferior a 40 horas, passou da semana de 39 para 35 horas de trabalho.

Nossa Proposta de Emenda Constitucional (PEC) original, datada de 1995, altera os incisos XIII e XVI, do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõem sobre a jornada semanal de trabalho e o pagamento de horas extras, reduzindo a jornada de 44 para 40 horas semanais e aumentando a remuneração da hora extra de 50% para 75% acima da hora normal. Na segunda, a PEC 393/2001, reafirmada pelo substitutivo do relator da CCJ, com uma única emenda de redação, introduzimos, além da redução da jornada para 40 horas a partir de janeiro de 2002, uma nova redução para 35 horas a partir de janeiro de 2004 e a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 100% à do normal e em 200%, aos domingos e feriados.

É indiscutível a importância da matéria e da sua oportunidade neste momento crucial, em que o Brasil precisa encontrar caminhos para desenvolver-se e, ao mesmo tempo, realizar aspirações de maior justiça social

em busca de transformações profundas. A onda de desemprego que atinge violentamente os trabalhadores requer providências urgentes e eficazes. A experiência mundial demonstra que a redução da jornada e o aumento do pagamento de horas extras possibilitam que se trabalhe menos, gerando mais postos de trabalho.

O presidente Lula prometeu gerar 10 milhões de novos empregos em seus quatro anos de governo. A redução da jornada e a redução de horas extras podem criar 3,2 milhões de novos postos de trabalho. O professor e economista Antônio Prado, um dos coordenadores do programa do governo Lula, diz que "a redução da jornada em quatro horas semanais pode gerar 1,8 milhão de empregos", levando em consideração apenas o universo de 27 milhões de empregados no mercado formal. De acordo com Prado, "existem no Brasil, hoje, 18 milhões de trabalhadores contratados para realizar uma jornada de 44 horas semanais". Acrescenta que "se a redução da jornada for acompanhada por uma redução nas horas extras de duas para uma hora, poderão ser criados mais 1,4 milhão de novos postos de trabalho, resultando num saldo global de 3,2 milhões de empregos".

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, da Universidade de Campinas, acrescenta que a redução da jornada promove redistribuição de renda, aumenta a demanda do comércio e alavanca diversos setores da economia. O sindicalista Paschoal Carneiro, integrante do "Fórum Nacional dos Trabalhadores" e dirigente da CUT, diz que há uma estratégia montada para conquistar a redução da jornada de trabalho. Carneiro destaca a negociação entre empresários, trabalhadores e governo, a campanha de esclarecimento da opinião pública e a mobilização das diversas categorias.

A PEC 393/2001 reflete, desse modo, a tendência histórica à redução da jornada. Trata-se, inequivocamente, de conseqüência do aumento da produtividade no trabalho, com a introdução de novas técnicas. Essas reduções, no entanto, só se têm concretizado mediante grandes lutas dos assalariados, haja vista a resistência do capital – que adota como solução a fórmula: empregar menos, sem diminuir a jornada.

Precisamos avançar em relação às apreciáveis conquistas registradas pela Constituição de 1988, que estabeleceu a jornada semanal de 44 horas, contribuindo para a necessidade de gerar empregos, modernizar as indústrias e o setor de serviços, elevando o padrão de vida material e espiritual dos trabalhadores.

(*) Líder da bancada do PCdoB, autor da PEC que reduz a jornada de trabalho

"O objetivo do presidente Lula é mudar o modelo econômico"

O ministro Tarso Genro tem uma biografia para ninguém botar defeito. Fundador do PT e um de seus mais destacados intelectuais, esteve à frente, como prefeito de Porto Alegre em 1993 (reeleito em 2001), de uma das administrações petistas mais bem-sucedidas do País. Com a vitória de Lula, um novo desafio: criar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para, através dele, deslanchar o processo de concertação social no Brasil. Em seu gabinete, no Palácio do Planalto, o ministro recebeu a **Por Sinal** e, durante duas horas, driblando uma agenda cheia de compromissos, respondeu, sem nenhum constrangimento, a todos os questionamentos feitos a respeito do primeiro ano do governo Lula. Fiel às suas convicções, Tarso Genro não perdeu o otimismo: acredita na retomada do crescimento, em direção a um novo modelo de desenvolvimento, já em 2004.

■ Depois de um ano, já há um consenso, dentro e fora do governo, de que foi necessária a adoção de algumas medidas ortodoxas para controlar a inflação e evitar que o País quebrasse. Também é consenso que a retomada do crescimento deve ser o eixo principal da agenda de 2004. As divergências começam, no entanto, quando se discute o perfil desse crescimento: como crescer com inclusão social, com distribuição da renda. Dentro do próprio governo, essa discussão já está polarizada, segundo informações veiculadas nos jornais. Como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) se posicionou em relação a essa questão? Há informações de que não houve consenso dentro do Conselho e que por isso o senhor teria entregue duas propostas de política econômica para o presidente Lula.

Em primeiro lugar, é natural que nos enunciados gerais haja convergências, e na sua aplicação ocorram divergências. Não só porque são questões extremamente complexas, mas também porque dentro do governo, e no próprio

Conselho, existe pluralidade de pontos de vista sobre como processar a retomada do crescimento. O Conselho foi responsável pela introdução desta pauta: retomada do crescimento e também das medidas "emergenciais". Entregamos ao presidente dois documentos sobre isso, e não são documentos contraditórios. Algumas propostas são consensuais, outras, recomendações, quando não se configura unanimidade, mas a maioria e as demais são entregues como opiniões, quando não polarizam ou quando se vê que há uma visível minoria dentro do Conselho.

■ Mas qual é a sua opinião sobre como processar essa retomada do crescimento?

Vou apresentar meu ponto de vista, baseado nas quatro cartas de concertação, que sintetizam o que o Conselho produziu nesse processo. Primeiro, é necessário que tenhamos um orçamento não-contingenciado o ano que vem. Ou seja, que façamos gastos públicos com certo desembaraço, com cautela, é claro, mas com desembaraço. Segundo, é necessário continuar a queda da taxa de juros de uma maneira cautelosa também, mas firme, em direção a uma taxa que leve os investidores a concluírem que é melhor eles investirem na produção do que na ciranda do cassino global. Terceiro, é preciso colocar em aplicação, rapidamente, a parceria público-privado, o PPP, que é um elemento importantíssimo de articulação da iniciativa privada com o Estado: um elemento inovador. E quarto, é necessário estabelecer mecanismos que permitam que os municípios e estados façam gastos em questões fundamentais, como saneamento básico e habitação popular, que são mobilizadores de mão-de-obra não especializada e têm um grande impacto, também, na melhoria da qualidade de vida da população.

■ Como funcionários do Banco Central, percebemos que o contingenciamento tem sido mais perverso do que a falta de verba. Isso nós sentimos na pele. O Banco Central tem passado por momentos complicados com o contingenciamento. Mas achamos dificílimo superar essa situação, por conta da grande pressão que existe dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Já se tem uma convicção de que estamos caminhando para isso?

Primeiro, para que não haja contingenciamento, é necessário que você tenha efetivamente um orçamento realista, e não um orçamento que faça previsão de recursos que não existem. Neste caso, são "cortes" meramente formais: o recurso não existe. No sentido de que o orçamento deve ser realista, sim, há consenso dentro do governo. Segundo, há uma conclusão, que se transformou em determinação do presidente Lula, de que já criamos as condições para a retomada do crescimento. Considero que será extremamente negativo para o futuro do governo se nós tivermos um orçamento contingenciado o ano que vem. Nem que sejam poucos os investimentos, mas eles devem ser realizados conforme a previsão. Uma execução orçamentária correta e a aplicação rigorosa dos recursos públicos é que dão confiabilidade aos agentes econômicos. De outra parte, o orçamento passa a ser também um elemento material e concreto para o sistema político de alianças, porque ele deixa de servir como base de fisiologismos, já que existe uma previsão legal dos gastos. Isso permite que se estabeleça uma relação serena e qualificada com os governadores, prefeitos e a própria sociedade. Ora, o Estado intervém na economia, rigorosamente, de três maneiras: através das encomendas que faz ao setor público, através da taxa de juros e através da infra-estrutura que aporta das obras que faz. E o Estado é o grande gastador "positivo" para aportar infra-estrutura para o desenvolvimento.

■ O senhor poderia falar um pouco mais da proposta do PPP? De que forma vai ser possível viabilizar essa relação entre o setor público e o privado? Quem vai definir as prioridades dos projetos e das obras? Como dar garantias numa situação de penúria?

O PPP é uma inovação positiva do governo atual. Porque a tradição do Estado moderno, ao realizar uma determinada obra, é fazê-la através de um órgão público específico ou "encomendá-la" a uma empresa privada. São as duas formas mais tradicionais, através das quais o Estado realiza seus investimentos. O que faz o PPP? Pri-

meiro, reserva a prioridade da obra para o Estado – é o governo que decide qual é a obra. Segundo, o controle da realização dessa obra permanece nas mãos do Estado, porque isto deve constar do próprio contrato de parceria. E terceiro, ele oferece garantias para o investidor, e essas garantias incidem em privilégios de crédito, perante o orçamento público e o Estado. Isso determina que o capital privado mova-se em função dessa garantia, e também que o Estado direcione esse capital para as prioridades que ele definir.

Essa parceria público-privada, na verdade, é o primeiro grande obstáculo para a continuidade do processo de privatização, que ocorreu até agora, e que veio do modelo tatcherista. Estabelecendo esta parceria com controle do Estado, e esta, determinando uma justa remuneração, e, portanto, garantias, é possível construir uma boa e nova relação Estado-sociedade. Essa relação, obviamente, não é nova, no que se refere ao vínculo com os agentes econômicos. O que é novo é o marco jurídico que estabelece essas condições que mencionei.

■ Pode-se concluir, então, que o governo está apostando no setor de infra-estrutura para alavancar o crescimento?

Vou dar dois exemplos bem concretos: habitação popular e estradas. Estradas é mais fácil de imaginar. Você estabelece a necessidade de se construir uma determinada estrada, essa construção tem um preço x, e você, ao fechar o contrato de parceria, dá previsibilidade de que aquele capital vai retornar para a empresa com uma determinada taxa de lucro, e assim a estrada vai ser construída.

Já na habitação popular, há milhares de possibilidades que se abrem com o PPP. Você pode, por exemplo, estabelecer um contrato com a rede de fornecedores e construtores dizendo o seguinte: o Estado compra unidades habitacionais que tenham tais características de qualidade, pelo preço de tanto, em número de 50 mil, em tal região. Obviamente que, neste caso, o investidor vai cumprir todos os trâmites legais para poder construir aquelas casas, e o Estado vai adquiri-las e repassá-las para as pessoas inscritas nos planos habitacionais.

"O Conselho é um espaço através do qual o governo se encontra com a sociedade, conflita e dialoga com ela. Das sugestões que levei ao presidente, muitas foram conflitivas, como a redução da taxa de juros e a retomada do crescimento ainda este ano".

Isso é apenas uma forma, há diversas outras. O Estado pode entrar com uma parte do capital – ele dá a terra – e o construtor aportar a construção civil, através de um contrato que regule essa relação. Ou o Estado entrar com uma parte dos recursos e o construtor com a outra, e produzir uma mercadoria, uma habitação, por determinado preço, subsidiado, para a população de baixa renda.

■ Vamos voltar à questão dos juros, mencionada no início da entrevista. O Conselho já discutiu a necessidade e de que forma o governo pode diminuir o *spread* bancário?

Veja, o Conselho, na verdade, é político, ele não forma suas opiniões em bases exclusivamente de natureza técnica. Esta é uma das suas características que alguns setores da sociedade ainda não compreenderam. Ele apenas produz enunciados políticos. Em relação ao *spread*, por exemplo, por várias vezes o Conselho, em seus documentos ou nas suas recomendações ao presidente para a retomada do crescimento, pediu que o governo adotasse mecanismos que determinassem a redução do *spread* bancário. Mas ele não fez enunciados técnicos em relação a isso.

■ O governo Lula tem falado muito em pacto e concertação social no Brasil. Há condições objetivas para isso? Qual a contribuição específica do Estado, enquanto um dos atores sociais, na negociação em torno de tal pacto? E qual o papel do CDES?

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil é diferente dos demais. É um marco normativo estruturado, legalizado, mas é um marco político, uma estrutura de natureza política. É um espaço através do qual o governo se encontra com a sociedade, conflita e dialoga com ela. Das sugestões que levei para dentro do governo, que vieram do Conselho, muitas delas foram conflitivas, como, por exemplo, a redução da taxa de juros e a retomada do crescimento ainda este ano. Setenta por cento das indicações do Conselho foram aprovadas na questão das reformas, outras não foram adotadas pelo governo.

■ Mas ele é um instrumento de negociação do pacto social?

Antes de mais nada, é necessário diferenciar pacto social de concertação. Concertação é gênero, pacto é espécie. E o pacto é uma denominação usada, quase que exclusivamente, na literatura política mundial, para estabelecer uma relação entre capital e trabalho. Já a concertação, como gênero, é feita por um conjunto de atores e sujeitos que escolhem um determinado objeto para pactuar. A nossa idéia para o Brasil é um processo de concertação social, e não de pacto social.

E o que é essa concertação social? É procurar identificar os pontos através dos quais se pode construir um novo patamar para a democracia brasileira e uma nova relação Estado-sociedade. Costumo dar como exemplo de primeiro elemento de um novo contrato social o próprio PPP, que é um modelo de criatividade e de uma nova relação Estado-sociedade. Começamos a discutir o novo Contrato Social. São 16 enunciados, nos quais pontuamos quais as cláusulas mais importantes que já temos acordo para discutir e vão para o primeiro Congresso Nacional de Concertação, em julho do ano que vem. Esse congresso vai verificar os consensos existentes e identificar aqueles pontos que têm de ser mais trabalhados.

■ O Conselho tem algum equivalente histórico? A Espanha é uma referência?

Não há um precedente absoluto. Há, sim, um conjunto de referências que nós trabalhamos, já que existem cerca de 50 Conselhos no mundo. A experiência da concertação de Portugal, por exemplo, contou com uma presença muito forte dos empresários e dos trabalhadores, e não de outros setores da sociedade. No caso da Espanha, a concertação teve um elemento político importantíssimo: os trabalhadores renunciaram a discutir determinados direitos, mas ganharam a Assembléia Nacional Constituinte, na transição da democracia e, portanto, redefiniram o contrato político espanhol. Já na Itália, a experiência foi um exemplo de adaptação da economia italiana para que o país ingressasse na União Européia.

Não está respondido, sequer para nós, se a concertação social é possível. O que estamos defendendo é que ela é necessária, e que tem de ser produzida. É necessária,

inclusive, para a radicalização da democracia, para o aprofundamento do controle público do Estado.

Pela experiência que realizamos até agora, estamos nos convencendo de que isso é possível. O discurso político dos sujeitos que integram o Conselho revela isso. Eles começam a compreender que não vão ali para perder sua personalidade política, para renunciar à sua ideologia, ou a seus interesses de classe. Vão ali para buscar elementos para a recoesão social e para colocar num novo patamar o processo político brasileiro, considerando, e aí sim é uma opinião unânime do Conselho, que ninguém está trabalhando para uma ruptura revolucionária nem para um golpe de Estado, o que seria insano nas atuais circunstâncias históricas do mundo e, principalmente, dentro de um governo como o de Lula.

"A exclusão e fragmentação só levam ao enfraquecimento dos trabalhadores. É por isso que a reestruturação da sociedade de classes, num ritmo de crescimento acelerado, é um elemento estratégico, vital para as classes trabalhadoras pensarem no seu futuro."

■ O que o Conselho fez nesse primeiro ano de funcionamento?

A Secretaria se moveu em três direções. Primeiro, instalando o Conselho e proporcionando o seu funcionamento e as discussões que ele realizou – reformas, cartas de concertação, orientações para a retomada do crescimento. Segundo, um programa feito pela Secretaria, de difusão da cultura de concertação – são 12 projetos de diálogos e conferências, espalhados por todo o Brasil. E em terceiro lugar, a participação, de forma conveniada, com uma série de instituições, em iniciativas que não são tomadas por nós, mas que somos convidados a participar. E, além disso, a Secretaria estruturou um conjunto de relações com o Banco Mundial, para este aferir, por dentro da sua relação com o Conselho, quais os padrões de financiamento ao governo Lula nos três anos finais de governo.

■ Até que ponto ele representa toda a sociedade, já que a participação de empresários e banqueiros é bem maior do que a dos trabalhadores?

Primeiro, a representatividade é maior dos trabalhadores porque as centrais sindicais estão lá. Do ponto de vista político, quem está massivamente representado são os trabalhadores. Segundo, o Conselho não decide por votação. O fato de os empresários serem em maior número de indivíduos não determina que eles tenham maioria. O próprio regulamento do Conselho teve esse cuidado, para que ele não decidisse por maioria, exatamente porque seria uma inversão; seria, na verdade, um antídoto ao novo contrato social.

Em terceiro lugar, o marco através do qual o Conselho foi formado para dar sentido à ampliação política do governo. Ele foi instalado com esse sentido. Nós temos de partir do pressuposto de que o próprio partido e o presidente têm sua origem, e esta determina que o governo se situe num lado. O marco político que o Conselho ampliou é o de abrir uma forte relação com o empresariado. Tanto é verdade, que fisicamente eles estão em maioria lá dentro, mas isso não tem nenhuma influência nas decisões do Conselho. Quando alguém se opõe a que alguma coisa seja "consenso" e se transforme em "recomendação", ela passa a ser mera opinião e, portanto, não tem qualquer força vinculativa do ponto de vista de interesse. É um artesanato que não é fácil de ser trabalhado, mas que tem sido operado de maneira satisfatória até agora.

■ Com essa tendência de Estado-mínimo, que enfraquece as estruturas sociais e as representações dos tra-

balhadores, como eles conseguem discutir em pé de igualdade com os empresários?

Os trabalhadores estão realmente enfraquecidos. É pressuposto político do novo contrato social, uma "reclassificação" da sociedade brasileira, que significa fazer com que as pessoas pertençam a uma determinada classe social e que se tenha um padrão de crescimento econômico capaz de "incluí-las" na estrutura de classes. Nesse sentido, é bem verdade que a grande demanda "socialista" das classes trabalhadoras foi rebaixada. Houve um momento que era o poder o sentido político dos movimentos operários, houve um outro que era a participação (vou colocar de maneira mais macro) na gestão da empresa, e agora se trata de incluir os trabalhadores na sociedade de classes, para que as pessoas sejam trabalhadoras, se formalizem e saiam da exclusão. Acho que esse processo de inclusão e, de resto, de "reclassificação" da sociedade, pode fortalecer os trabalhadores como sujeitos políticos. A exclusão e fragmentação só levam ao enfraquecimento, ao caos e ao crime, que é a situação atual. É por isso que a questão da retomada do crescimento, a questão do emprego, portanto, da reestruturação da sociedade de classes num ritmo de crescimento acelerado é um elemento estratégico, vital para as classes trabalhadoras pensarem no seu futuro.

■ **Alguns participantes do Conselho nos revelaram que no início existia uma certa ciumeira do Congresso em relação à função do organismo que estava sendo criado. Essa fase já foi superada? Qual é a relação atual do Congresso com o Conselho?**

Acho que sim. Tanto é verdade, que o Congresso aprovou, praticamente por unanimidade, o projeto de conversão da medida provisória que tinha instalado a secretaria do Conselho. Fui pessoalmente ao Congresso e me coloquei à disposição para discutir essa questão. Foi uma discussão muito boa. Alguns parlamentares confundiam o Conselho como se fosse uma espécie de *soviet* emergente. Era uma visão um tanto equivocada, ingênua, conservadora, de alguns deputados. Na verdade, o Conselho é uma estrutura de assessoria coletiva do presidente da República, uma assessoria *sui generis,* que trabalha de maneira dialogada e conflitiva com os movimentos da sociedade civil que transitam por dento do Conselho. E, à medida que o Congresso compreendeu essa especificidade da relação com o presidente, não houve mais nenhum problema. Vários deputados prestigiam o Conselho, dialogando conosco freqüentemente.

■ **Crescimento com inclusão pressupõe democratização radical da política de crédito. A microfinança passou a ser para este governo, pelo menos no discurso, um instrumento fundamental de inclusão social. No entanto, os recursos destinados este ano ao microcrédito nos bancos privados, e também nos oficiais, praticamente não foram usados, faltam tomadores. No caso do Banco do Brasil, parece que só 1% destes recursos foi emprestado. Como o senhor explica essa situação? As pessoas não estão informadas de que podem ter acesso a um crédito mais barato?**

Sou um pouco suspeito para falar sobre isso, porque fui o fundador do primeiro Banco do Povo no Brasil, o Portosol, criado na minha gestão como prefeito de Porto Alegre. Conseguimos no Banco Central uma autorização para funcionar através de um documento, que tenho em meus arquivos (e é muito importante), no qual o BC diz que não existia nenhum impedimento para que aquele tipo de instituição funcionasse, e não estava também nos seus objetivos e finalidades legais fiscalizá-la. Com isso, tivemos luz verde para sua instalação.

Entendo que o governo está no começo desse processo. O impulso do microcrédito é positivo. Ele começa a ser desenhado, mas está longe ainda de ser um instrumento de desenvolvimento. Acho que, por enquanto, ele é mais um instrumento de contenção da exclusão e, só em alguns casos, de inclusão social.

■ **Quando o microcrédito vai se tornar um instrumento de desenvolvimento efetivamente?**

Na minha opinião, quando iniciarmos a transição de um modelo econômico para outro. Ainda estamos nos

marcos preparatórios da retomada do crescimento. Mas a mudança do modelo não quer dizer só retomada do crescimento – nós podemos retomar o crescimento e manter o modelo econômico. Na minha avaliação, isso vai começar a ocorrer no ano que vem.

A retomada do crescimento que impulsione o novo modelo econômico tem de compreender, no seu interior, uma grande rede alternativa de crédito subsidiado, para que se faça a transferência de renda através de um sistema de crédito popular. Se isso não ocorrer, não haverá mudança no modelo econômico. Porque, se entendemos que o País precisa de grupos econômicos fortes, de ponta, é porque essa economia de ponta tem de irrigar energia para "baixo". Só assim ela poderá ser um fator de socialização da acumulação, e não de brutal concentração de renda e, conseqüentemente, de poder. Esse é o próximo desafio do governo Lula. Se ele não se mover nessa direção, nós vamos apenas retomar o crescimento, manter os mesmos padrões de acumulação e, portanto, manter a sociedade fragmentada tal qual ela está. Posso garantir-lhes que esse não é o objetivo do presidente. Seu objetivo é mudar o modelo econômico.

"A retomada do crescimento que impulsione o novo modelo econômico tem de compreender, no seu interior, uma grande rede alternativa de crédito subsidiado, para se fazer a transferência de renda através do sistema de crédito popular."

■ Dentro do governo há consenso sobre essa questão?

Nada dentro de um governo é consenso. Fala quem já foi prefeito duas vezes. Quando as coisas vão bem é porque existe um grupo hegemônico, com capacidade dirigente.

■ Sinais de mudança do modelo poderão ser captados já em 2004? Quando, no início do ano?

Se não for sentido no ano que vem, seguramente vai ser difícil ser sentido depois. Não diria no início do ano, mas no curso do ano que vem, o governo tem de ir sinalizando a mudança do modelo econômico e a forte retomada do crescimento.

■ Mas que condições são necessárias para se começar a mudar o modelo?

Orçamento não-contingenciado, taxas de juros baixas, capacidade de implementar parcerias público-privadas, enfim, medidas concretas, combinadas com uma boa gestão e melhor organização e funcionamento do microcrédito. Algumas dessas medidas já estão sendo tomadas. Observe cada uma delas: orçamento modesto, sim, porém mais racional; taxa de juros caindo – e vai continuar caindo. Já vamos ter sinais de crescimento agora, em dezembro, e no ano que vem as taxas de crescimento devem chegar a 3%, 4%. Com um crescimento com esses percentuais e inflação baixa, acho que está garantida a transição.

■ E o papel do Banco Central nessa empreitada? O senhor acha que o Banco tem condições de atender a essa demanda?

Sinceramente, não tenho condições de dar essa informação. A primeira vez, vamos dizer assim, que eu me aproximei do Banco Central foi recentemente, numa reunião que nós tivemos como o Dr. Meirelles, na qual ele fez a afirmação peremptória de que, na visão do Banco, essas condições que o presidente pretendia para a retomada do crescimento já estão dadas e que o Brasil estava pronto para crescer. Mas não tenho condições técnicas que me

permitam responder a esta pergunta. A impressão que os conselheiros e eu mesmo recolhemos do Meirelles é que ele é um quadro de alto nível, sincero e muito realista.

■ A reforma agrária parece que finalmente entrou na agenda das prioridades do governo Lula, com a divulgação das metas do Plano Nacional de Reforma Agrária. Fale um pouco sobre o que essa proposta tem de novo em relação à política adotada por FHC.

A minha avaliação é que o governo está "reformando" a reforma agrária. Não conheço em detalhes a proposta, mas sei qual é a determinação do presidente. Ele orientou os escalões do governo responsáveis por isso para apresentarem um projeto que seja diferente do projeto do Fernando Henrique, já que 80% dos assentamentos feitos no governo FHC recebem cesta básica. São, portanto, assentamentos com baixíssimo grau de produtividade, quando não improdutivos. Isso em primeiro lugar. Em segundo, o presidente entende que nós devemos ter uma reforma agrária que compatibilize a pequena propriedade familiar com a exportação, com o *agrobusiness*. São dois elementos vertebrais na nossa política. E terceiro, que promova assentamentos com assistência técnica e creditícia que permitam, a curto prazo, que esses assentamentos sejam auto-sustentados. Há um reconhecimento do governo de que este processo tem de ser deslanchado logo, já no ano que vem.

"Atualmente o PT está mais inflexionado a se tornar um elemento da máquina, ainda que com uma certa vontade crítica em relação à orientação estratégica do governo. Essa é uma discussão que tem que ser processada".

■ Segundo estimativas do Betinho, com a reforma agrária poderiam ser gerados cerca de 5 milhões de empregos. Para um governo que pretende criar 10 milhões, a reforma agrária não deveria ser um item de ponta?

Tem de ser um item de ponta, mas feito de uma maneira sólida, porque as experiências de reforma agrária em vários países da América Latina são extremamente limitadas, os resultados não são bons. Há um processo de urbanização acelerado, há um processo de atratividade da cidade em relação ao campo e uma crescente redução da população rural. É claro que isso também ocorre porque não existe reforma agrária, porque não foi feita reforma agrária de maneira subsistente. Mas o cálculo é também um cálculo da racionalidade capitalista. A estrutura agrária, a estrutura familiar, vai conviver com a estrutura capitalista dominante, porque senão ela desaparece. Como fazer isso? Essa é a grande questão a que um governo como o nosso tem a obrigação de responder.

■ O Conselho já tem pauta para o ano que vem?

No ano que vem, a grande pauta nossa são o Congresso Nacional de Concertação e o encaminhamento dos primeiros enunciados do novo contrato social. Para encerrar este primeiro ano do Conselho, temos a Conferência Internacional nos dias 10 e 11 de dezembro, em Brasília, com uma delegação dos presidentes e representantes de vários Conselhos do mundo e também a última reunião ordinária do Conselho, além, evidentemente, dos grupos temáticos que estão funcionando.

■ Temos sentido um pouco a falta de divulgação dessas atividades, porque quando a gente olha, elas já passaram, já aconteceram. Como a sociedade pode ter acesso às discussões do Conselho? Existe um site que

disponibilize estas informações?

Temos um *site (www.cdes.gov.br)* onde podem ser encontrados vários documentos e discussões importantes do Conselho. Mas ele precisa ser aprimorado, e é o que estamos fazendo agora. Além disso, temos um portal permanente, fechado, de discussão entre os conselheiros.

■ **É importante que as atividades do Conselho sejam mais conhecidas nos estados. Os próprios sindicatos e as entidades se ressentem da falta de informações para poder participar mais ativamente deste processo de discussão.**

Nos estados federados estamos trabalhando com as Conferências e Diálogos. Nos lugares aonde já chegamos, percebemos um bom efeito multiplicador. Mas, realmente, ainda estamos trabalhando em nível de formadores de opinião, não de informação para as grandes massas. Na própria preparação do Congresso é que vamos capilarizar mais a discussão estratégica da concertação.

■ **Como um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, como o senhor está vendo a relação do PT com o governo Lula? Há setores que criticam o partido por ele estar se transformando numa correia de transmissão do governo, perdendo a autonomia, uma bandeira tão cara na história do PT.**

Acho que o PT, na verdade, está numa fase muda, de transição. Ainda não está determinado qual vai ser o seu desfecho. Normalmente, quando um partido de esquerda chega ao Estado, forma-se uma tendência muito grande de que ele se torne apenas um elemento a mais da máquina estatal. Isso ocorreu, tanto no stalinismo como na social-democracia, e com prejuízos muito grandes. O partido no qual não ocorreu isso, até pelo pouco tempo de governo, foi na Democracia della Sinistra, o ex-partido comunista italiano. Ele manteve uma certa autonomia.

Atualmente, o Partido dos Trabalhadores, na minha opinião, está mais inflexionado a se tornar um elemento da máquina, ainda que com uma certa vontade crítica em relação a uma orientação estratégica do governo. Essa é uma discussão que tem de ser processada. É natural que no primeiro ano esse poder de atração seja mais convincente, até porque a maioria dos quadros mais bem preparados está no Estado, na estrutura descentralizada, mas também no centro do governo.

Temos de lançar um debate pesado no Partido sobre este assunto. Eu já estou fazendo isso. Estou publicando um documento interno, no qual tento revisar categorias tradicionais de partido-Estado, socialismo e democracia, relação do partido com a questão programática, e assim por diante. Se essa discussão não for feita e radicalizada no partido, estaremos ameaçados de nos tornar uma espécie de continuação do Estado, o que pode levar o partido para um distanciamento total de sua base social, o que seria lamentável.

■ **O acordo com o FMI poderia ter sido renegociado em bases mais favoráveis para o Brasil? Por que não se negociou a retirada do cálculo do superávit primário de parte dos investimentos das estatais?**

Acho que o acordo com o FMI não é um problema, na minha opinião. O governo vai ter condições suficientes de operar a retomada do crescimento nessas condições, e para isso estes R$ 7 bilhões de cheque-forte que foram acordados nos ajudam muito. Os constrangimentos não são impostos pelo FMI. São constrangimentos que ocorreram aqui dentro. Foram impostos pelo Ministério da Fazenda, por decisão do Ministério da Fazenda com a convicção de que eram necessários. Isso foi assumido, inclusive, pelo próprio ministro Palocci, já que o dinheiro simplesmente não existia. Existia na peça orçamentária, mas não na vida real.

Em 15 anos, a luta por um BC a serviço da sociedade

Criado em 1988, o Sinal construiu sua história pautada na defesa dos direitos da categoria, da ética e do papel social do Banco Central

A primeira greve ninguém esquece. O Sinal, criado em 28 de outubro de 1988, recebeu o batismo de fogo com apenas seis meses, ao liderar uma paralisação que mobilizou todos os funcionários do Banco Central e terminou com a vitória da categoria: um reajuste que repôs, ainda que parcialmente, as perdas salariais de 26% do Plano Bresser. A memória de quem ajudou a construir a história do sindicato se esmera, 15 anos e muitas batalhas depois, em reservar lugar especial para inesquecíveis assembléias com mais de 500 pessoas, manifestações ruidosas na sede do banco, sentimentos arraigados de coletividade.

"Foi maravilhoso tomar posse no meio de uma greve", relembra Paulo Eduardo de Freitas, 52 anos, primeiro presidente do Sinal. "Tanto o movimento como a criação do sindicato foram afirmações da autonomia política do servidor público do Banco Central, não só perante a diretoria da instituição, mas também em relação ao próprio movimento sindical", recorda o paulista José Carlos da Costa, também de 52 anos, que dirigiu o sindicato de 1993 a 1995.

Desvinculado de correntes políticas, o Sinal foi uma novidade no movimento sindical e representou a primeira manifestação do funcionalismo na conquista de uma entidade representativa que trazia para o debate, além de questões clássicas da luta dos trabalhadores, como o salário, temas mais amplos, como a ética e a responsabilidade social do Banco Central. "Ele surgiu com a bandeira de ultrapassar os limites da luta pelos direitos da categoria para fazer do BC um instrumento da sociedade e não do sistema financeiro e se tornar um intransigente defensor da cidadania", afirma José Carlos da Costa. Um exemplo foi a participação do sindicato na manifestação Reage Rio, contra a violência, em 1995.

PORTA-VOZ DOS SERVIDORES

O Sinal é herdeiro legítimo de um avanço inegável do País na retomada do caminho democrático: a Constituição de 1988, que estendeu ao servidor público o direito garantido a todos os trabalhadores de ter representatividade sindical. Até então, o funcionalismo só podia se reunir em associações. A dos servidores do Banco Central era a Associação dos Funcionários do Banco Central (AFBC). Até ser substituída pelo Sinal, apenas dois anos depois de criada, ela deixou como lições de lutas que prenun-

Nas ruas ou em assembléias lotadas, o Sinal afirmou sua liderança junto aos servidores do BC

ciavam a combatividade da entidade que viria sucedê-la: as greves de outubro de 1987, que ampliou os benefícios da categoria, e a de abril de 1988, contra a demissão de 19 líderes do movimento.

A consolidação do Sinal como entidade nacional representativa dos servidores do BC não foi tranqüila. Ao contrário, a disputa pela liderança da categoria foi objeto de conflitos envolvendo outros sindicatos tradicionais. Hoje, 15 anos depois de fundado, o Sinal é o único representante em nove das 10 regionais do BC. Apenas em Brasília ainda há mais de um sindicato em atuação, mas, mesmo assim, o Sinal é largamente majoritário em número de filiados. Ali, na última campanha salarial e na luta contra o projeto de reforma da Previdência, houve um exercício bem-sucedido de convivência dos sindicatos, com atuações conjuntas em defesa dos interesses da categoria.

NOVO DESAFIO: O ARTIGO 192

Calejado pela reforma da Previdência e pronto para enfrentar a reforma trabalhista, cabe ao carioca Sérgio Belsito, de 49 anos, dirigir o sindicato em um momento crucial: a regulamentação do artigo 192 da Constituição, que prevê a reestruturação do sistema financeiro e a definição de novas atribuições para o Banco Central. "Este será o maior de todos os desafios", afirma Belsito, o único dos presidentes reconduzido para um segundo mandato.

"Desde o começo, há uma renovação contínua das lideranças, numa demonstração de que o Sinal não é berço de sindicalistas profissionais", afirma Svend Kongerslev, funcionário aposentado da regional do Rio Grande do Sul, que presidiu o sindicato de março de 1996 a março de 1997. "Nós somos síndicos", brinca Belsito. "O sindicato ficou pequeno e precisa se preparar para a qualificação das lutas em que está envolvido."

Quinze anos forjaram uma entidade que ainda pode não ter adquirido a musculatura necessária para as lutas que trava, mas não lhe tiraram a essência da origem. "As questões institucionais continuam sendo os grandes desafios do Sinal e, para isso, ele precisa se tornar cada vez mais forte não apenas numericamente", endossa Paulo Eduardo de Freitas. "Ao sindicato, cabe participar da definição de um papel social para o Banco Central, mas também encarar o desafio de restaurar o espírito de luta coletiva, que foi dilapidado pela política individualista neoliberal."

SERGIO MIRANDA*

A dicotomia entre crescimento e distribuição de renda

LDO e PPA chegam ao Congresso e desvelam as propostas da equipe econômica, que repete a desgastada filosofia de primeiro fazer o bolo crescer, para depois reparti-lo.

As propostas de leis do Orçamento da União (LDO) para 2004 e do Plano Plurianual (PPA) para 2004-2007 estão no Congresso Nacional desde o fim do mês de agosto. Os dois projetos chegam para o debate dos parlamentares sob a inspiração das imposições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. O orçamento vem acompanhado de um grande relatório sobre o cenário macroeconômico, as metas de inflação e as políticas monetária, creditícia e fiscal. E o PPA submete o planejamento nacional às metas de superávit primário acertadas com o FMI.

Temas bastante complexos exigem paciência e trabalho. São páginas e páginas de textos, tabelas, projeções, prospecções e exercícios macroeconômicos. De fora, talvez pareçam mais complicados do que realmente são. Uma coisa é certa, não se pode falar do orçamento e do PPA sem estudá-los a fundo. Depois, percebe-se que eles, de fato, revelam as preferências e a essência da política econômica. A alma da política governamental está ali exposta, sujeita a uma minuciosa investigação.

SUBESTIMAÇÃO DO MERCADO INTERNO

E a primeira grande conclusão a que se pode chegar é que o governo fez uma opção deveras polêmica: o crescimento virá, diz a mensagem do presidente que acompanha a proposta orçamentária, pela expansão dos investimentos e das exportações. O governo subestima o mercado interno, cujo crescimento fica para um segundo momento. Essa visão está mais bem expressa no Plano Plurianual, que é a proposta estratégica do governo para os próximos quatro anos, de 2004 a 2007.

Diz o texto: "Para os próximos dois anos, a estratégia do PPA 2004-2007 é, portanto, de crescimento liderado pela expansão dos investimentos e das exportações. Uma vez elevada a taxa de investimento e reduzida a vulnerabilidade externa da economia, o consumo das famílias poderá então crescer mais aceleradamente e, dessa forma, consolidar o mercado de consumo de massa no Brasil."

Essa opção não é nova. Há algumas décadas os brasileiros convivem com ela. Talvez sua primeira manifestação mais explícita tenha sido na década de 70: primeiro é preciso fazer o bolo crescer, para depois reparti-lo. Porque é exatamente isso que está em questão. Quando efetivaremos uma política que ataque os graves e antigos problemas da sociedade brasileira, o desenvolvimento econômico voltado para o mercado interno, a questão social e a distribuição de renda?

A resposta a essa questão está muito clara na página 25 da mensagem que a equipe econômica de Lula enviou em conjunto com o orçamento: "No entanto, no âmbito das políticas públicas, a capacidade de o Estado intervir nessa estrutura (na estrutura social) mantém-se subordinada aos aspectos macroeconômicos, o que reduz a possibilidade de reverter em um curto espaço de tempo o cenário atual."

Qual seria, então, a prioridade desse Orçamento? A resposta também está lá: "Diante daquele quadro, o objetivo primordial do novo governo foi restaurar a credibilidade na política econômica..." Outra decisão complicada, pois o novo governo deveria, no mínimo, conquistar a credibilidade para a nova política econômica e não para essa que já

perdeu completamente o respeito da sociedade brasileira.

E à medida que se vai conhecendo o texto, vão se desvelando as verdades da proposta oficial, às vezes com franqueza jamais revelada: "Ademais, visando a um ajuste definitivo e duradouro das contas públicas, o governo encaminhou ao Congresso Nacional as propostas das Reformas previdenciária e tributária." Portanto, para quem ainda acreditava no discurso do combate aos privilégios, da justiça social e outras quimeras, vai-se a máscara: o maior objetivo das reformas previdenciária e tributária é o chamado ajuste definitivo e duradouro das contas públicas.

Mais adiante se faz um resumo da política macroeconômica: "Dessa forma, o governo está consolidando o necessário equilíbrio macroeconômico, com o controle da inflação, queda dos custos de rolagem, alongamento do prazo de maturação e melhoria da composição da dívida pública. Esta consolidação em curso e o equilíbrio orçamentário são suficientes para permitir uma redução sustentável das taxas de juros e recuperação gradual do crescimento econômico."

E assim, voltamos novamente ao bolo, que somente seria repartido depois de maturado e desenvolvido. Mas quando o brasileiro vai sentar-se à mesa e provar da guloseima?

"Estima-se que o crescimento anual do PIB se situe no patamar de 3,5% e seja liderado pela expansão das exportações e do investimento." O crescimento do consumo das famílias nos anos de 2004 e 2005 será menor do que o do PIB. Isso justifica a restrição interna ao chamado "mercado de consumo de massa".

Prevê-se, e aí as tabelas também comprovam, que o crescimento se dará pelo investimento, que representará 4,5% do PIB em 2004 e 2005; e pelas exportações, que representarão 8,5%.

Uma das primeiras conseqüências dessa política será o crescimento do desemprego. A População Economicamente Ativa (PEA) aumentará 3,5%, mas o nível de emprego só crescerá 3,25%.

Temos, então, uma concepção de crescimento que secundariza o mercado interno e o consumo das famílias. Isso transparece na própria Lei Orçamentária, que não prevê um crescimento real do salário mínimo e supõe que o investimento e a exportação permitirão os 3,5% de crescimento do PIB.

COM RENDA BAIXA, QUEM CONSOME?

Qual é a lógica que perpassa toda a política econômica expressa nessa mensagem? Defende-se uma política de desenvolvimento fundamentalmente baseada na ampliação e democratização do acesso ao crédito. Utiliza-se, para isso, os instrumentos do microcrédito, da criação de cooperativas e de ampliação dos recursos do FAT para capital de giro das empresas. Há crédito para as empresas, mas não há renda para garantir o consumo. Ao contrário, o que observamos, pelos dados do IBGE, é uma crescente queda da renda dos assalariados.

Mais ainda há uma queda da renda disponível, em virtude do crescimento do custo dos serviços públicos. Os gastos básicos com água, luz e gás de cozinha pressionam o orçamento familiar, afetando sobremaneira as famílias de menor renda. Nesse sentido, é questionável a afirmação de que essas políticas de melhoria do crédito sejam capazes de alavancar a economia.

Veja a questão dos investimentos. Primeiramente, o investimento dos orçamentos fiscal e da seguridade é muito

pequeno. É um pouco mais de R$ 7 bilhões, metade do que está na Lei Orçamentária aprovada, e equivalente ao que está hoje contingenciado no Orçamento de 2003, que não se consegue viabilizar.

Há uma previsão de se buscar os investimentos das estatais, de R$ 32 bilhões. Desses, quase R$ 10 bilhões são de estatais brasileiras, por meio de suas subsidiárias estrangeiras. E, por incrível que pareça, o investimento da Petrobras no exterior não é levado em conta para as despesas do superávit primário.

Procura-se atrair o investimento privado por meio de alguns instrumentos da chamada Parceria Público-Privada (PPP), uma reconsideração do processo de concessão por meio de fundos públicos, que não são computados no superávit por se tratar de inversões financeiras. Estaremos emprestando capital para as empresas privadas fazerem seus investimentos e para uma renovação do marco regulatório.

A MITOLOGIA DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Dessa maneira, chegamos ao eixo fundamental da proposta orçamentária: a meta do superávit primário. Este governo reproduz um mito que a realidade já desfez. Exigência do Fundo Monetário Internacional, o aumento do resultado do superávit primário teria como principal objetivo reduzir a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, alongando seu perfil de vencimento de forma consistente, juntamente com o crescimento sustentável da economia. Essa é a tese que justifica a política fiscal austera, que reaparece e se confirma no Orçamento de 2004.

Espanta-me a consideração de que o superávit primário é necessário para manter estável a relação dívida/PIB. A relação dívida/PIB é uma fração – a dívida sobre o PIB. Como o que cresce na dívida são os juros, o câmbio e o esqueleto, se tivéssemos política de crescimento do PIB, essa relação diminuiria. Mas se não cresce o denominador da fração, o PIB, como acontece hoje, mesmo que façamos muito superávit, aumenta-se a relação. A política fiscal não agüenta as políticas monetária e cambial. E os números são flagrantes em relação a isso.

Fizemos superávit primário praticamente todos esses anos, a partir de 1998. Em 1999, houve superávit primário de 3,19% do PIB e pagamos 8,97% de juros; em 2000, fizemos superávit primário de 3,46% e pagamos de juros o dobro, 7,08%; em 2002, 3,9%, e pagamos 8% de juros.

Mesmo após todo esse enorme esforço fiscal, este ano, o superávit foi de cinco pontos até julho de 2003. Pagamos 10,18% de juros. A dívida aumentou na sua proporção em relação ao PIB e vem aumentando constantemente, porque não depende da realização de superávits primários. Ao contrário, se fôssemos capazes de usar o percentual desse superávit para incentivar o desenvolvimento, a partir do crescimento do nosso mercado interno e com repercussões no crescimento do PIB, diminuiríamos a relação dívida/PIB.

Além de fazer o superávit, precisamos identificar que tipo ele terá. De novo na mensagem (página 12) que acompanha a proposta, encontramos a resposta: "Diferentemente do acontecido em anos anteriores, o novo governo tem procurado atingir as metas de resultado primário com cortes e racionalização de gastos (Programa de Otimização e Redução de Custos), e não com elevação de receitas." A marca do próximo ano será o superávit obtido mediante o corte de despesas e não pela ampliação de arrecadação.

Mas foram criadas novas contribuições nas reformas previdenciária e tributária, a exemplo da contribuição social dos aposentados e pensionistas e da que incidirá sobre importações. Logo, haverá aumento de arrecadação. Mesmo assim, o assento principal se dará pelo corte das despesas.

POLÍTICA FISCAL PARALISA GOVERNO

Essa vertente já tem sido sentida pela sociedade. A Polícia Federal está parada, nem controla mais o ingresso de estrangeiros no País. O investimento para a malha rodoviária é o menor dos últimos 35 anos. O Ministério das Relações Exteriores não tem conseguido cumprir seus compromissos.

E essa política fiscal austera começa a levantar protestos em toda a sociedade brasileira. O superávit primário de R$ 42 bilhões representará 16,7% da receita corrente líquida. Essa escalada vem desde 2001: era 13%, passou para 15% e, agora, 17% de tudo que se arrecada será reservado ao superávit primário. Tudo para viabilizar as despesas financeiras do orçamento.

Veja-se o absurdo sobre o debate do orçamento. Apesar de termos um orçamento de R$ 1,490 trilhão, somente se discute no Congresso R$ 402 bilhões, as chamadas receitas não-financeiras e, a partir daí, debatem-se as despesas não-financeiras. O verdadeiro orçamento, aquele de quase R$ 1,1 trilhão, orçamento real deste País, o orçamento da dívida, é apresentado como ficção, somente exercício contábil e financeiro.

De fato, analisa-se no Congresso muito menos. Dos R$ 402 bilhões, R$ 60 bilhões são para as transferências para estados e municípios; sobram R$ 340 bilhões. Há R$ 120 bilhões para a Previdência; R$ 82 bilhões para pagamento de pessoal. No fim, sobram R$ 90 bilhões, dos quais se retira o superávit primário. Ficam, portanto, menos de R$ 50 bilhões – esse é o orçamento de receita disponível.

No Congresso, discutimos objetivamente os R$ 2,5 bilhões disponíveis para as emendas dos deputados. Mesmo que consigamos ampliar essas emendas, dobrando nossa intervenção no orçamento de R$ 1,490 trilhão, os deputados trabalharão com R$ 5 bilhões, cerca de meio por cento do total. Debatemos as reivindicações dos estados, as premências do País, as urgências dos governadores, as demandas da sociedade manuseando uma parte ínfima do orçamento. Isso, sim, é uma ficção!

Não podemos seguir desse jeito em que tudo está submetido às questões macroeconômicas. O filósofo Norberto Bobbio interveio no debate sobre a existência ou não da esquerda nesse período de globalização, destacando que "a esquerda existiu e existirá sempre naqueles setores preocupados com a igualdade social." Essa é nossa marca, esse é nosso estilo.

QUESTÃO SOCIAL NÃO É PRIORIDADE

Assim, é inaceitável a visão subjacente da proposta orçamentária que relega a questão social para as calendas. O tratamento dispensado ao salário mínimo é sintomático. O salário mínimo é o mais importante distribuidor de renda, baliza todo o mercado de trabalho, de Norte a Sul deste País, assim como o pagamento da Previdência, principalmente na área rural. Há o compromisso de aumento real do salário mínimo: de dobrá-lo ao fim dos quatro anos de mandato. Esse é o mínimo que podemos esperar. Não se pode admitir que ele não receba um aumento real, acima da inflação, para recompor suas perdas.

Esse seria o contraponto necessário e indispensável à perspectiva de crescimento baseada em investimentos e exportações. Seria o aceno mínimo para o fortalecimento do mercado interno e para a distribuição de renda, o crescimento e a construção da justiça social.

Da mesma forma, o tratamento dispensado à saúde foi vexatório. A tal ponto que o governo não teve outra coisa a fazer que renunciar à sua pretensão de retirar recursos constitucionais da saúde, recompondo-os. É preciso destacar a extensa mobilização em defesa da manutenção das verbas para a saúde. Foi essa atitude ampla das lideranças do setor que conseguiu envolver os mais distintos segmentos da sociedade nessa luta. Registrou-se a primeira grande derrota da equipe econômica, que foi obrigada a recuar em sua prioridade aos compromissos financeiros e redirecioná-la à área social.

Cresce na sociedade a crítica a essa política econômica que persiste na proposta orçamentária para 2004. Os olhos da sociedade começam a perceber que a austeridade fiscal e diminuição dos gastos de investimentos e da área social não levarão ao nosso desenvolvimento. Se o governo reconhece que não existe base política para aumentar a arrecadação, também não a tem, muito menos, para manter a austeridade que está paralisando o País e os ministérios, desempregando pessoas e impedindo que o Brasil se desenvolva e cresça.

(*) Deputado Federal – PCdoB (MG)

Pressão do Sinal contra "desmonte" fez BC recuar

Já são quatro anos de escuridão. Desde que o Banco Central decidiu, em 1999, levar adiante a chamada "reestruturação", algumas de suas representações regionais foram desfiguradas, perdendo serviços essenciais ao mercado e à população. Com a regional de Fortaleza não foi diferente. Mas, como os ventos quentes que balançam as velas na Praia de Mucuripe, é de lá que sopram boas notícias: por pressão do **Sinal**, o BC montou em Fortaleza grupos de trabalho que podem ser novos embriões dos serviços extirpados em 1999. São os primeiros sinais de que a reestruturação foi um erro e que a direção do Banco, ainda que timidamente, começa a se mexer para corrigi-lo.

Em agosto de 1999, quando passou pela reestruturação, a regional de Fortaleza ficou apenas com quatro gerências – Meio Circulante, área administrativa, Central de Informações e combate a ilícitos financeiros (Decif). De 2002 para cá, foram instalados grupos de trabalho ligados ao Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio (Decec), Departamento de Normas (Denor), Departamento de Pesquisas Econômicas (Depec) e Departamento Jurídico (Dejur), todos subordinados a Brasília ou Recife. Eram 200 servidores em 1999. Hoje, são 130.

"Acredito que, aos poucos, todas as atividades que saíram de Fortaleza possam ir retornando. Não com a estrutura antiga, com a figura de um delegado regional, assim não. Acredito em gerências autônomas que se reportem à sede, em Brasília", avalia o gerente administrativo da regional, Luiz Edivam Carvalho. Ele informou que já estão adiantadas as providências para a instalação de um outro grupo, este ligado ao Deorf, que cuida das autorizações para funcionamento de instituições financeiras. "As cooperativas estão crescendo muito no Ceará, com incentivos governamentais. Nos dias 10 e 11 de novembro, tivemos aqui o II Congresso de Microcrédito, com participação do BC. Hoje, uma cooperativa para se insta-

demanda está trazendo o Deorf de volta para cá. Depois, acho que deve vir a fiscalização, que hoje está concentrada em Belo Horizonte", diz.

CEDO PARA COMEMORAR

A instalação desses grupos de trabalho é de fato uma boa notícia, mas é muito cedo para comemorar. Na prática, os grupos não têm autonomia e, geral, funcionam na regional eza como apêndices de ge- e outras praças. "Todos esses ão vinculados a alguma outra Não têm autonomia. O gru- ao Decec, por exemplo, não i na área de capitais estran- câmbio, mas realiza trabalhos gão, que fica em Recife. Esse eza não tem autonomia para nada. É quase um grupo virtu- a Luís Carlos de Castro, presi- Conselho Regional do SINAL .

lestaca alguns avanços. "O ado ao Departamento Jurídi- ra subordinado a Recife, tem o quase autônoma aqui. Um uradores desse grupo foi até nado recentemente", diz. Se- uís Carlos, a existência des- os cumpre um duplo papel: a medida, é um reconheci- do Banco de que a uração feita em 1999 teve as. Por outro lado, foi uma e acomodar as pessoas que aqui e precisavam desempe- a função, ou mesmo os que fora e queriam voltar. O que a gente precisa mesmo é a volta dos serviços. A reestruturação foi um tremendo fracasso do ponto de vista organizacional."

O Depec, outro avanço apontado por Luís Carlos, é um projeto piloto. Fora de Brasília, só existe em Fortaleza. Ele reúne economistas trabalhando com estudos e levantamentos de cada região do País. "Acho que essa idéia deve se expandir para outras regionais. É um

"As cooperativas estão crescendo muito no Ceará, com incentivos governamentais. Hoje, uma cooperativa para se instalar tem de ir até Recife. Essa forte demanda está trazendo o Deorf de volta para cá."

LUIZ EDIVAM CARVALHO
Gerente Administrativo da regional Fortaleza

trabalho de acompanhamento sistemático do mercado, de quais são as tendências das economias locais. É um projeto que precisa ser consolidado em Fortaleza e espalhado por todo o País. Em quase todas as regionais do BC deve haver economistas capazes de fazer esse trabalho. Onde não tiver, transfere-se de outros lugares ou abrem-se concursos", afirma.

O aproveitamento de servidores nesses novos grupos de trabalho vem aos poucos restabelecendo na regional um ambiente mais respirável. Feita sem critérios e sem avaliações posteriores de desempenho, a reestruturação de 1999 foi particularmente dolorosa para os servidores do BC em Fortaleza. Muitos foram transferidos para outras praças contra a vontade, com a desestruturação de famílias. Outros simplesmente foram retirados de seus postos e trocados de função.

Luís Carlos de Castro lembra um triste exemplo. "Tínhamos um colega aqui que era chefe da Divisão de Fiscalização, o Artur Roberto Pompeu Wichmann: um funcionário exemplar, de dedicação total ao Banco. Em 1999, com a transferência dos serviços do setor para Belo Horizonte, ele foi deslocado para o grupo ligado ao Decif, com funções burocráticas. Pessoa que sempre foi chefe, que tinha experiência, ficou totalmente desprestigiado. Entrou em depressão profunda de 1999 para cá. Nunca mais foi o mesmo Artur, andava cabisbaixo, desestimulado. Acabou falecendo este ano com um ataque cardíaco fulminante."

Em Fortaleza, o Sinal promoveu várias manifestações contra a "reestruturação" do Banco Central implementada pelo governo FHC

MERCADO SOFRE COM "DESMONTE"

Os avanços podem ser animadores, mas ainda estão longe de representar a volta dos serviços retirados em 1999. Mesmo passados quatro anos da mudança, o mercado cearense ainda não absorveu o impacto. Júlia Walesca de Carvalho, funcionária do BC em Fortaleza, conta que muitos empresários que operam com câmbio não se conformam de ter que ir até Recife para resolver problemas. "Eles sempre perguntam quando é que o serviço vai voltar à Fortaleza. Os processos demoram mais, os custos subiram para essas instituições. Tem que viajar até Recife, gastar passagem aérea, diária em hotel, alimentação. Alguns empresários desavisados vêm aqui para ser atendidos e saem furiosos, sem entender. É complicado mesmo. O BC tem um prédio, tem funcionários e informa a esse empresário que ele tem de ir até Recife para resolver seu problema? O homem tem até o direito de achar que é má vontade", observa Júlia.

Luiz Edivam Carvalho concorda com a avaliação de Júlia. "A gente nota que a sociedade local se sente desprotegida, sobretudo na área de câmbio. Nossa resposta é sempre: 'Infelizmente, sobre a área de câmbio eu não posso lhe responder.' Mesmo sabendo, a gente não pode dar qualquer informação. A parte de fiscalização também faz muita falta. Nós só temos hoje uma central de informações, que recebe as denúncias e passa adiante."

Júlia trabalhava na área de câmbio em 1999 e hoje está no grupo de trabalho ligado ao Decif: "Acho que a reestruturação foi um verdadeiro desastre, um processo sem critério. Para a nossa região, o movimento de câmbio era e é significativo. Claro que se você for comparar com São Paulo será pequeno. Mas para quem tem sua empresa e quer contratar o câmbio aqui seria muito mais fácil e menos oneroso se esse serviço fosse oferecido em Fortaleza. A cidade está crescendo muito, tem um turismo forte, com incentivos oficiais e turistas do exterior, o que provoca um movimento considerável de moeda estrangeira. Muitas vezes, o administrador pú-

blico, no afã de reduzir custos, confunde racionalizar com acabar."

Para o presidente da Bolsa de Valores Regional, Raimundo Padilha, a reestruturação de 1999 confirmou os vícios da burocracia brasileira: "É um modelo concentrador e que perdeu a noção do espaço geográfico brasileiro. O que vem acontecendo no Ceará nos últimos anos é a mudança do perfil econômico do estado, com forte potencial exportador. Isso não pode ser ignorado pela burocracia. Houve investimentos em infra-estrutura aeroportuária e a criação de mecanismos de incentivo ao desenvolvimento estadual. O Banco Central é, para mim, um elemento de sustentação desse processo de desenvolvimento. Ele tem um papel de vanguarda, tem que se antecipar, evitando acidentes que, de uma hora para outra, podem acontecer em decorrência da sua omissão. A retirada dos serviços deixou vulnerável a ação do BC."

Padilha adverte para o fato de que a exportação é uma prioridade do governo federal e que o Ceará está investindo pesado nesse setor. "Nós temos a castanha, a lagosta. Agora, estamos liderando, em nível nacional, a exportação de camarão. E onde está a área de câmbio do BC, o controle de moeda estrangeira? Temos de ter um Banco Central forte, como um guardião. À medida que ele não está presente, todo esse processo de desenvolvimento fica fragilizado. Olha, muita coisa funciona por controle remoto, mas o sistema financeiro, não", enfatiza.

Sinal: a luta por um BC forte em todo o País

A instalação de grupos de trabalho em Fortaleza – processo que pode representar a volta dos serviços retirados em 1999 – é o sintoma mais visível da intensa mobilização que o **Sinal** vem promovendo em defesa de um Banco Central forte e presente em todo o território nacional. Desde o primeiro momento, o **Sinal** se posicionou contra a reestruturação, mobilizou os servidores e a sociedade contra a medida e vem negociando com a direção do banco o fortalecimento das representações regionais.

O caso de Fortaleza é emblemático. "Logo no início do processo de reestruturação, fizemos uma ampla mobilização dos funcionários e procuramos a sociedade civil. Fomos até o governador do estado – na época, o Tasso Jereissati – para buscar apoio contra esse processo. Desde então, o **Sinal** vem sempre questionando, sobretudo junto à área de administração do banco, os efeitos dessa reestruturação e pressionando para que as regionais se fortaleçam", recorda Luís Carlos de Castro.

A posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva trouxe a esperança de que o BC pudesse se alinhar a um novo modelo de desenvolvimento, com a redução das desigualdades nacionais. "É esse o BC que queremos. Nesse novo projeto de Brasil há lugar para um sistema financeiro organizado – então o BC tem que estar lá. Não tem que estar só na Avenida Paulista. Deve estar presente pelo menos em todas as capitais com todos os seus setores. Não estamos falando de uma estrutura inchada, mas uma estrutura adequada, necessária."

O IMPACTO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NAS EFPCs

Marília da Cunha Castro

Os Planos de Benefícios foram implantados pelas empresas a partir dos anos 50, com o objetivo de amparar seus empregados e dependentes na ocorrência de morte, invalidez ou desgaste pela prestação de serviço.

Seguiram o modelo da Previdência Social, tendo sido concebidos na modalidade de "Benefício Definido", visando à manutenção do poder aquisitivo do empregado, apoiados na remuneração global do participante, isto é, a soma dos benefícios a serem concedidos pela Previdência Social e pelo Plano de Benefícios.

Com o tempo, e após a publicação da Lei nº 6.435/77, passamos a observar a constituição de planos na modalidade de "Contribuição Definida" e, relativamente aos planos concebidos na modalidade de "Benefício Definido", a substituição progressiva do valor do benefício concedido pela Previdência Social por outro, de valor semelhante, cuja evolução pudesse ser previsível.

Assim sendo, a reforma da Previdência alcançará os planos oferecidos pelas EFPCs de forma diferenciada.

Em princípio, a reforma da Previdência Social está resumida à majoração do teto para os salários de contribuição e benefício. Por esse motivo, aqueles empregados que percebam salários superiores ao teto de salário de contribuição vigente terão suas contribuições devidas à Previdência Social elevadas.

Quanto ao valor do benefício a receber dessa Previdência, considerando que todos são calculados a partir do salário de benefício e que seu cálculo passa pelas seguintes etapas:

- levantamento dos salários de contribuição a partir de julho de 1994;
- atualização de todos esses salários, observando o período compreendido entre o mês de sua competência e o início do benefício (até então segundo a variação do IGP-DI);
- escolha dos 80% maiores valores;
- cálculo da média aritmética simples desses valores;
- comparação do valor obtido segundo o item anterior com o teto de salário de benefício com a escolha do menor valor, se benefício decorrente de doença, invalidez ou morte;
- nos casos de aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade, temos ainda que considerar a aplicação do fator previdenciário, isto é:

(a) multiplicamos o salário de benefício pelo fator previdenciário vezes o número de meses decorridos após novembro de 1999, limitado a 60;

(b) multiplicamos o salário de benefício por 60 menos o número de meses decorridos após novembro de 1999, limitado a 60;

(c) somamos as parcelas (a) e (b), dividindo esse total por 60;

(d) o resultado obtido em (c) é comparado com o teto do salário de benefício e escolhido o menor valor; constatamos que os efeitos da elevação do teto serão incorporados progressivamente ao valor do benefício oferecido pela Previdência Social.

Para termos idéia, um segurado que tenha solicitado benefício em 1º/9/2003 e venha contribuindo sobre o salário de contribuição máximo tem como média dessas remunerações aproximadamente R$ 2.050,00. Considerando que, até 1º/9/2003, o maior valor do salário de contribuição atualizado é R$ 2.380,00, para que essa média pudesse atingir R$ 2.400,00, admitindo inflação futura igual a zero, precisaríamos esperar cerca de 37 anos. No caso de novos segurados, teriam direito a essa média após pelo menos 24 ou 28 anos de contribuição. Naturalmente, outros cenários podem ser construídos se fizermos variar as hipóteses quanto aos conceitos a serem adotados na atualização do salário de contribuição e do teto, permitindo que esse prazo seja encurtado ou alongado.

Diante do exposto, apresentamos comentários sobre as possíveis conseqüências quanto ao equilíbrio do Plano, observando o assunto de

forma geral, sem levarmos em consideração detalhes que certamente nos conduziriam a diversas possibilidades, em função das características dos planos:

1. Planos concebidos na modalidade de "Contribuição Definida", em que o percentual de contribuição é definido considerando o teto da Previdência Social.

■ O montante acumulado para o participante até o início do benefício será reduzido em função do decréscimo da contribuição normal, e o benefício a ser concedido pela Previdência Social será majorado. Entretanto, essa elevação não compensará a perda, em função da redução da contribuição;

2. Planos concebidos na modalidade de "Contribuição Definida", em que o percentual de contribuição não é definido considerando o teto da Previdência Social.

■ O montante acumulado não será influenciado, e o benefício a ser concedido pela Previdência Social será majorado, resultando na melhoria do valor da renda do participante por ocasião da entrada em gozo de benefício;

3. Planos concebidos na modalidade de "Benefício Definido", totalmente vinculados à Previdência Social, sem contribuição de participante assistido, escalonada em função do teto da Previdência Social.

■ O valor dimensionado relativamente ao compromisso do Plano com os benefícios concedidos será mantido, e o referente aos benefícios a conceder será influenciado pela redução de imediato das contribuições futuras, devidas durante o período de atividade, e pela redução progressiva do valor dos benefícios a serem concedidos pelo Plano, implicando, provavelmente, a elevação dos compromissos do Plano;

4. Planos concebidos na modalidade de "Benefício Definido", totalmente vinculados à Previdência Social, com contribuição de participante assistido escalonada em função do teto da Previdência Social.

■ O valor dimensionado relativamente ao compromisso do Plano com os benefícios concedidos será majorado, e o referente aos benefícios a conceder será influenciado pela redução, de imediato, das contribuições futuras devidas durante o período de atividade e pela redução progressiva do valor dos benefícios a serem concedidos pelo Plano, implicando, quase que certamente, a elevação dos compromissos do Plano;

5. Planos concebidos na modalidade de "Benefício Definido", vinculados à Previdência Social somente quanto ao teto de salário de contribuição ou benefício, sem contribuição de participante assistido escalonada.

■ O valor dimensionado relativamente ao compromisso com os benefícios concedidos será mantido, e o referente aos benefícios a conceder será influenciado pela redução de imediato das contribuições futuras devidas durante o período de atividade e pela redução do valor dos benefícios a serem concedidos pelo Plano, atingindo o máximo de redução no prazo correspondente ao período previsto para a definição do salário real de benefício, podendo implicar até a redução dos compromissos do Plano;

6. Planos concebidos na modalidade de "Benefício Definido", vinculados à Previdência Social somente quanto ao teto de salário de contribuição ou benefício, com contribuição de participante assistido escalonada.

■ O valor do dimensionamento do compromisso com os benefícios concedidos será majorado, e o referente aos benefícios a conceder será influenciado pela redução de imediato das contribuições futuras devidas durante o período de atividade e pela redução do valor dos benefícios a serem concedidos pelo Plano, atingindo o máximo de redução no prazo correspondente ao período previsto para a definição do salário real de benefício, ficando a manutenção do dimensionamento do compromisso do Plano dependente da relação entre a reserva de benefícios concedidos e a conceder.

7. Planos concebidos na modalidade de "Benefício Definido", totalmente desvinculados da Previdência Social.

■ O valor do dimensionamento do compromisso do Plano com os benefícios concedidos e a conceder será mantido, e a renda do participante, por ocasião da entrada em gozo de benefício, será majorada.

Como estamos vendo, cada caso será um caso.

(*) Diretora do Instituto Brasileiro de Atuário

ABRAPP

Fundos de servidores sob risco

Aprovada na Câmara dos Deputados em agosto, faltando ainda sua votação no plenário do Senado, a reforma da Previdência representou um inestimável avanço ao estabelecer as bases de uma previdência complementar para os servidores. Infelizmente, ao plantar um futuro melhor para o funcionalismo, trouxe consigo uma semente que pode colocar tudo a perder, ao atribuir aos novos fundos *uma natureza pública*. São só duas palavras, mas que poderão inviabilizar todo um esforço até agora tão bem-sucedido.

Pela reforma aprovada até aqui, os fundos de pensão dos servidores serão constituídos como entidades fechadas (excluindo planos oferecidos por seguradoras e bancos), públicas e de contribuição definida (não há uma definição prévia quanto ao valor do benefício, que dependerá do maior ou menor sucesso obtido no retorno dos investimentos).

Abre-se, assim, para os fundos de pensão uma nova perspectiva de crescimento no País, uma vez que a reforma da Previdência, em suas várias etapas (a mais recente e as anteriores), criou um ambiente propício ao desenvolvimento da Previdência Complementar. Além disso, as normas regulamentadoras das novas leis refletem a postura do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, francamente de apoio à expansão da poupança previdenciária. Hoje, no Brasil, sindicatos e associações, a exemplo do que já acontecia em muitos países, a começar dos europeus e dos EUA, já podem instituir fundos de pensão. O mesmo acontece com a União, os estados e municípios.

Os fundos de pensão dos servidores, no entanto, ganharam uma natureza pública e não privada, algo que constitui um dos poucos aspectos negativos da reforma aprovada pelos deputados.

A expressão *previdência complementar de natureza pública*, consagrada no primeiro turno da votação da reforma da Previdência na Câmara, não deixa ninguém feliz. O termo aprovado foi fruto não de um desejo do Executivo, mas de negociações às quais o governo teve de se curvar. Pelo que se sabe, as próprias autoridades e os especialistas têm ainda a expectativa de que se possa mudar algo nas futuras votações no Senado, a partir das emendas apresentadas.

Os especialistas sentem que a natureza previdenciária vai promover um engessamento, para começar, porque sujeitará os futuros fundos ao regime de licitações e à fiscalização dos tribunais de contas. O termo vai inevitavelmente obrigar a que se altere a Lei Complementar 108, para que esta possa regulamentar os novos dispositivos.

Um outro efeito negativo da expressão é que deverá inviabilizar a adesão dos futuros fundos aos multipatrocinados, inclusive àqueles patrocinados por estatais.

Fundos de natureza pública são uma figura nova na estrutura da previdência complementar brasileira, o que implica o não-aproveitamento da experiência de duas décadas e meia acumuladas pelos fundos de pensão brasileiros, a partir de sua regulamentação, em julho de 1977.

Sem esquecer que, na prática, os dirigentes de fundos de natureza pública estarão sujeitos direta ou indiretamente ao governador ou ao prefeito. Como esses fundos precisarão ter orçamentos aprovados e prestar contas ao chefe do Executivo, arriscam-se a ser levados a adotar políticas de investimentos menos centradas nos interesses dos servidores. Não se pode afastar a hipótese até mesmo da utilização dos recursos para fins diversos de sua finalidade.

Corrigido o equívoco que foi atribuir-lhes uma natureza pública, os fundos de pensão do funcionalismo voltarão a ser alvo de todos os prognósticos de sucesso, uma vez que uma boa idéia bem executada reúne todas as condições de êxito. Sorte do Brasil e de seu servidores.

Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar Privada — Abrapp

EXPEDIENTE Ano 3 Número 9 Dezembro 2003

Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Por Sinal

Revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, David Falcão, Gustavo Diefenthaeler, João Marcus Monteiro, Luís Antônio Cajazeira, Luiz Carlos Paes de Castro, Mário Getúlio Vargas Etelvino, Orlando Bordallo Junior, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SAS quadra 5, lote 4, bloco K, sala 410

Edifício Ok Off Tower – 70070 -100 Brasília (DF)

Telefone: (61) 322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação geral: Letra Viva Comunicação – Flavia Cavalcanti e Elane Maciel

Edição: Flavia Cavalcanti

Reportagem: Alexandre Medeiros, Paulo Vasconcellos, Jefferson Guedes e Flavia Cavalcanti

Arte: Maraca Design

Ilustração: Claudio Duarte

Fotolito: Madina

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

SINAL

SINDICATO NACIONAL DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL